

5.

ABRIL · 2019

*Ponte de Lima:
do passado ao presente,
rumo ao futuro!*



A EXPLORAÇÃO DO MINÉRIO EM PONTE DE LIMA: MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DE UMA ÉPOCA

THE ORE EXPLORATION IN PONTE DE LIMA: MEMORIES AND EXPERIENCES OF AN ERA

Este artigo pretende dar a conhecer o património mineiro de Ponte de Lima, expressão da identidade cultural, histórica e social deste território, ainda pouco conhecido e/ou reconhecido e consequentemente pouco valorizado.

Este património aglutina maioritariamente as minas da Serra d'Arga dedicadas à exploração de volfrâmio e de estanho, e que estavam agregadas a um edifício de índole industrial com grande valor histórico e cultural, denominado de Entrepasto Mineiro do Minho, popularmente conhecido como 'Separadora'.

Consubstanciado neste património encontram-se outros elementos informativos de grande valor que vão destacar as técnicas utilizadas neste processo explorativo, os modos de vida desta população traduzidos nas vivências e memórias relacionados com a cultura mineira através de valiosos testemunhos dos intervenientes deste passado mineiro.

O trabalho aqui apresentado advém da investigação efetuada no âmbito da Dissertação de Mestrado na Universidade do Minho intitulada "O potencial turístico do património mineiro de Ponte de Lima: um passado com futuro".

This article seeks to present the Ponte de Lima's mining heritage, an expression of the cultural, historical and social identity of this territory, but still little known and / or recognized and consequently little valued.

PONTE DE LIMA,
PATRIMÓNIO MINEIRO, VOLFRÂMIO,
ENTREPOSTO MINEIRO DO MINHO,
SEPARADORA

PONTE DE LIMA,
MINING HERITAGE, WOLFRAM,
ENTREPOSTO MINEIRO DO MINHO,
SEPARADORA

This patrimony mainly includes the Serra d'Arga mines dedicated to the exploitation of tungsten and tin, which were added to an industrial building of historical and cultural value, known as Entrepasto Mineiro do Minho, popularly known as 'Separadora'. Other information elements of great value that show us the techniques used in this exploratory process, the livelihoods of this population, the experiences and memories related to the culture of the mining, and testimonies of actors from this mining past are also found in this heritage.

The work presented here comes from the research carried out in the scope of the Master's Dissertation at the University of Minho entitled "The tourist potential of the mining heritage of Ponte de Lima: a past with a future".

ANA LÚCIA PEREIRA CARNEIRO

I. *A exploração mineira: caraterização do território e do património industrial mineiro de Ponte de Lima*

O território de Ponte de Lima é marcado por um património material e imaterial de elevado valor cultural, apresentando uma paisagem peculiar que resulta da exploração mineira, atividade de capital importância na história deste território.

Esta diversidade patrimonial e paisagística é um atributo primordial e estruturante de um território que lhe confere singularidade e até identidade própria.

Na atualidade, restam apenas ruínas de instalações, escombrelas e algumas memórias que refletem a tradição mineira deixada pelas vivências de uma época dedicada à exploração do designado “ouro negro”.

Em suma, verifica-se que ao longo dos tempos, a exploração mineira constituiu-se uma atividade proporcionadora de valorização, colocando em evidência o elevado potencial mineiro existente no Alto Minho, que deixou evidentes marcas no território limiano e na região.

1. O território mineiro da Serra d’Arga

O território mineiro de Ponte de Lima é lugar de uma extraordinária diversidade mineralógica, caracterizado como sendo possuidor

de minerais que “no contexto Português só aqui são conhecidos” (Alonso, 2008: 85)^[1].

Com magníficas condições naturais, composto por vales e serras verdejantes, e por paisagens campestres é constituído por ribeiros, lagos e fontes, testemunhos da união harmoniosa entre a natureza e o Homem, com inúmeras paisagens admiráveis e inexploradas. Este concelho é possuidor de antigas explorações mineiras que funcionaram em diferentes locais e diversas freguesias, designadamente na Serra de Arga, mas também em Vitorino dos Piães, Rebordões do Souto, Facha e Arcozele^[2].

No entanto, o maior e mais significativo território mineiro de Ponte de Lima situa-se na Serra d’Arga, nas freguesias de Estorãos, Cabração, Moreira do Lima e S. Pedro de Arcos.

A própria designação ‘Arga’, deriva, possivelmente, da palavra latina ‘Aurega’, que significa “a mãe do ouro”.

Para os antigos era “a montanha sagrada – imponente, altiva, inacessível. Aqueles que de génio aventureiro empreendem a ascensão, guardam para o resto da vida o espetáculo maravilhoso: o vale limiano de S. Martinho da Gandra até ao mar...

O segredo que preservou a serra guardou também milagrosamente os costumes, os usos, as tradições das gentes que a habitam”^[3].

Segundo o Professor J. Bouça^[4] este nome foi-lhe imposto por Diomedes, natural de “Argos”, cidade importante do Peleponeso,

[1] ALONSO, JOAQUIM MAMEDE (2008) – AS CONDIÇÕES NATURAIS E O TERRITÓRIO DE PONTE DE LIMA. PONTE DE LIMA: MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA. 327 P. ISBN 978-972-8846-17-6. P. 85

[2] ESTAS CONCESSÕES MINEIRAS PERTENCIAM TODAS À EMPRESA “ENTREPÓSITO MINEIRO DO MINHO” COM SEDE NO LARGO DA FREIRIA, EM ARCOZELO, CONCELHO DE PONTE DE LIMA. ESTA EMPRESA POSSUÍA CONCESSÕES MINEIRAS NA SERRA D’ARGA MAS TAMBÉM EM VITORINO DOS PIÃES, EM REBORDÕES DO SOUTO E NA FACHA. EM VITORINO DOS PIÃES EXISTIAM DUAS MINAS INTITULADAS “CACHADINHAS” E “MONTE DO CASTELO”, ONDE ERAM EXTRAÍDOS VOLFRÂMIO E ESTANHO. EM REBORDÕES DO SOUTO EXISTIA UMA MINA DENOMINADA DE “S. SALVADOR” E EXPLORAVA ESTANHO. NA FACHA HAVIA UMA OUTRA MINA APELIDADA DE “PORTELA DO FOJO” E ERA RICA EM ESTANHO.

ESTAS MINAS FORAM EXPLORADAS APÓS INFRUTÍFERAS QUE FORAM TODAS AS DEMANDAS NA SERRA DE ARGA, SENDO NECESSÁRIO EMPREENDER NOVAS TAREFAS. ASSIM EFETUARAM-SE ESTUDOS PROFUNDOS, NO TOCANTE À VIABILIDADE COMERCIAL DO ESTANHO EM VITORINO DOS PIÃES.

ABRIU-SE UMA ESTRADA NA DIREÇÃO DAS MINAS NUM MONTE SOBRANCEIRO E EM LUGAR PARADISIACO. ALI AFLUÍRAM MINEIROS DA SERRA DE ARGA E LUGARES LIMITROFES, EM LONGAS CAMINHADAS, COM INVERNOS RIGOROSOS E ESTIOS CALORENTOS. O MINEIRO-LIMIANO SOFRIA QUANTAS VEZES MAL ALIMENTADO E SUJEITO AOS RIGORES DO SEU ARRISCADO OFÍCIO. SOB A DIRECÇÃO DO TOPÓGRAFO FERNANDO RUELA FEZ-SE A CONSTRUÇÃO DUMA SEPARADORA QUE TRATAVA NUMA PRIMEIRA FASE O MINÉRIO EXTRAÍDO, VINDO DEPOIS COMPLEMENTAR AS RESTANTES OPERAÇÕES A SEPARADORA EM PONTE DE LIMA, SEDIADA NO LARGO DA FREIRIA, QUE DISPUNHA NESSE TEMPO, DE PESSOAL QUALIFICADO, COM PRESTANTES INSTALAÇÕES (CARLOS RUELA, IN JORNAL CARDEAL SARAIVA, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1991).

[3] ARAÚJO, JOSÉ ROSA DE (1939) – A SERRA DESCONHECIDA, IN A FALAR DE VIANA... VIANA DO CASTELO: VIANA FESTAS. 2012. ISSN 2182-6943. P. 28-31.

[4] BOUÇA, J. (2004) – A SERRA DE ARGA, IN A FALAR DE VIANA... VIANA DO CASTELO: VIANA FESTAS. ISBN 972-967-13-0-3. P. 113-114.

perto de Atenas, que, depois do incêndio de Tróia, aqui se demorou bastante tempo.

A terra, cheia de verdura e de viço, resplandecendo de graça e fecundidade (...) contribui para o nosso aperfeiçoamento físico, intelectual e moral.

A Serra-de-Arga, elevando-se ora em declives suaves, ora em picaros quâsi prumo (...) regado pelas maravilhosas águas das fontes que, por toda a parte, ali suspiram, vivificado pelos raios do sol brilhantes que o ilumina, tonificado pelos ares puríssimos que o envolvem, oferece a quem o visita e percorre imensos horizontes, que compreendem os vales do lima e do Vez, do Coura e do Minho...

Daqui se contemplam paisagens variadas e redentíssimas(...); panoramas tão vivos, amplos e graciosos, que, em presença das magnificências da natureza, se desenvolvem os talentos, se ilumina o génio e fecundam as inspirações.”

“Mas a serra é também famosa pelas suas minas. Há galerias velhíssimas onde se encontraram lucernas romanas e velhos instrumentos de cavar – pás, alviões, restos de baldes de couro para fazer escoamentos...

Há lendas e mais lendas de tesouros enterrados deixados pelos mouros. (...)

O romano explorou sobretudo ouro. Metódico, possuidor de técnicas hoje desconhecidas fez a propecção de toda a serra, abriu minas, consolidou enormes extensões.”^[5] São, assim, vários os vestígios mineiros existentes neste

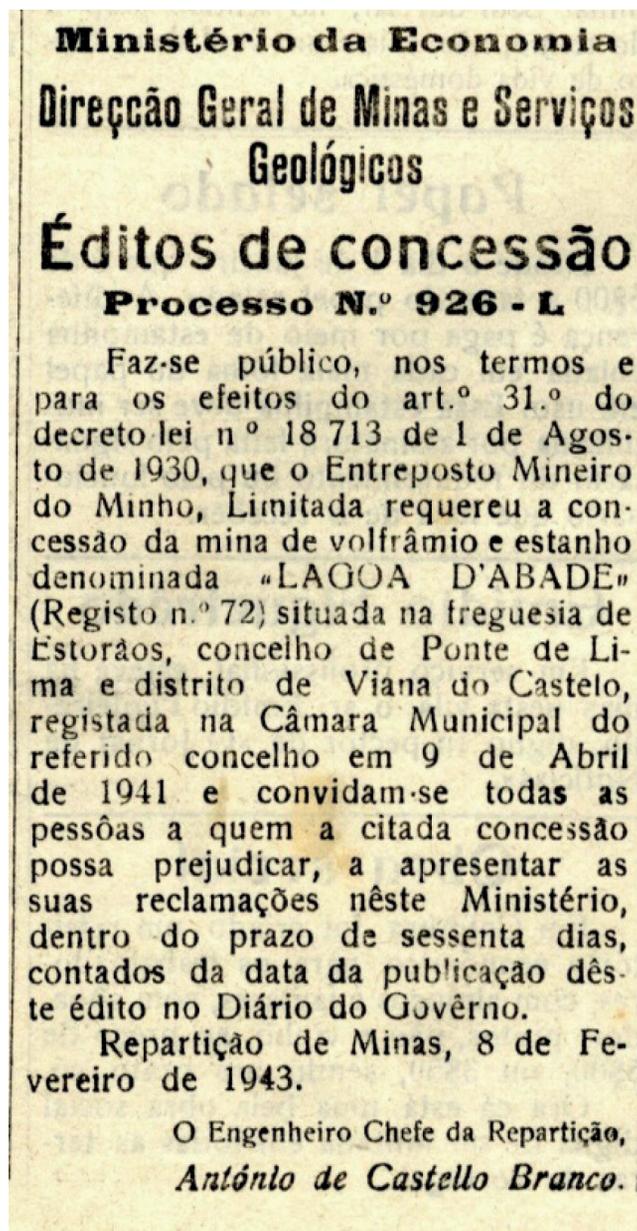


FIGURA 2.

Édito de Concessão do Entrepasto Mineiro do Minho para mina de volfrâmio e estanho denominada «Lagoa do Abade» situada na Serra d'Arga.

FONTE: Jornal Cardeal Saraiva, de 17 de fevereiro de 1944.

••

Quer as minas de carácter artesanal, como as minas “possuidoras de infraestruturas com carácter industrial tiveram na altura importância social e económica considerável”

••

espaço que testemunham a existência da atividade mineira, tal como algumas empresas o fizeram e fazem atualmente “na zona de cisalhamento mineralizada de Argas-Cerquido” (Gomes, 2008:88)^[6].

Território muito pouco povoado, possuidor de um património natural e cultural expressivo, foi palco de uma intensa exploração mineira de carácter artesanal e industrial no presente e no passado.

Quer as minas de carácter artesanal, como as minas “possuidoras de infraestruturas com carácter industrial tiveram na altura importância social e económica considerável” (Gomes, 2008:88).

Nesta serra contempla-se a paisagem moldada pela exploração mineira, atividade de capital importância na história deste território, que foi explorada por pessoas em nome individual e/ou coletivo.

Passa-se a enumerar as empresas que laboraram na Serra d’ Arga e minas concedidas, retiradas das pesquisas efetuadas na imprensa local de Ponte de Lima, particularmente no Jornal Cardeal Saraiva:

- Entrepósito Mineiro do Minho, Limitada^[7] requereu concessões para três minas denominadas: Escusa n. 1, situada na freguesia da Cabração; Cavalinho, situada na freguesia de Estorãos e Lagoa do Abade (Figura 2) localizada na freguesia de Estorãos;
- MIPOLI: Minas de Ponte do Lima, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada^[8], com quatro minas requeridas: Cumieira n. 1, Escusa n. 2 e Eiradas, situadas na freguesia da Cabração;

[5] ARAÚJO, JOSÉ ROSA DE (1955) – **A SERRA DE ARGA (CONT.)**. IN ARQUIVO DO ALTO MINHO. VIANA DO CASTELO: ARQUIVO DO ALTO MINHO. P. 97-110.

[6] GOMES, CARLOS LEAL (2008) – RECURSOS E PATRIMÓNIO GEOLÓGICO E MINEIRO. IN **AS CONDIÇÕES NATURAIS E O TERRITÓRIO DE PONTE DE LIMA**. PONTE DE LIMA: MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA. P. 88.

[7] SOCIEDADE COMERCIAL POR COTAS, DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, FORMADA AOS 12 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 1942 POR DOUTOR ANTÓNIO DE OLIVEIRA BARRETO DE ARAÚJO, MÉDICO E MORADOR NA VILA DE PONTE DE LIMA, POR DOUTOR AGOSTINHO DE SOUSA COUTO CALHEIROS COUTO CALHEIROS DE LOBO, MÉDICO E MORADOR EM ESPINHO, POR ANTERO DE SOUSA COUTO CALHEIROS LOBO, INDUSTRIAL E MORADOR EM VILA NOVA DE GAIA, POR JOSÉ ALBERTO DE SOUSA COUTO CALHEIROS LOBO, INDUSTRIAL E MORADOR NO PORTO, POR LINO MARÍLIO DO NASCIMENTO, INDUSTRIAL E MORADOR NO PORTO E POR DOUTOR GASPAR FERNANDES REGUENGO DE QUEIROZ, QUÍMICO-ANALISTA E MORADOR NO PORTO. O SEU OBJETO ERA O REGISTO, PESQUISAS E EXPLORAÇÃO DE

MINAS E O TRATAMENTO INDUSTRIAL DE MINÉRIOS, PODENDO DEDICAR-SE A QUALQUER RAMO COMERCIAL OU INDUSTRIAL. O CAPITAL SOCIAL ERA DE TREZENTOS MIL ESCUDOS, SENDO QUE CENTO E OITENTA MIL FICOU DESTINADO À LAVRA DE MINAS. A GERÊNCIA ERA EXERCIDA POR TODOS OS SÓCIOS, PORÉM OS SÓCIOS ANTERO DE SOUSA COUTO CALHEIROS LOBO E O DOUTOR GASPAR FERNANDES REGUENGO DE QUEIROZ DEVERIAM DEDICAR MAIOR ATIVIDADE AOS SERVIÇOS E REPRESENTAVAM A SOCIEDADE. ESTA EMPRESA TEVE SEDE NO PORTO, QUE DEPOIS FOI PASSADA PARA PONTE DE LIMA, NO LARGO DA FREIRIA, EM ARCOZELO.

[8] EMPRESA COM SEDE E DOMÍLIO EM PONTE DE LIMA, NO LARGO DA FREIRIA, PODENDO A ADMINISTRAÇÃO ESTABELECEER DELEGAÇÕES ONDE JULGASSE CONVENIENTE. A SOCIEDADE TINHA POR OBJETO A LAVRA MINEIRA. O CAPITAL SOCIAL ERA DE UM MILHÃO DE ESCUDOS, DIVIDIDO EM MIL AÇÕES ORDINÁRIAS DO VALOR NOMINAL DE MIL ESCUDOS CADA, SENDO TODO DESTINADO À PESQUISA, LAVRA DE MINAS E AQUISIÇÃO DE REGISTOS MINEIROS.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA	MINA CONCESSIONADAS	SUBSTÂNCIA EXPLORADA	ANO DE ATIVIDADE DA CONCESSÃO		FREGUESIA	CONCELHO
			INÍCIO	FIM		
<i>Entrepasto Mineiro do Minho</i>	Escusa n. 1	Tântalo	1945	1992	Cabração	Ponte de Lima
	Cavalinho	Volfrâmio; estanho	1940	1992	Estorãos	Ponte de Lima
	Lagoa (Bouça do Abade)	Estanho; volfrâmio	1943	1992	Estorãos	Ponte de Lima
<i>MIPOLI: Minas de Ponte do Lima, S. A. R. L.</i>	Cumieira n. 1	Colúmbio; tântalo	193?	1992	Cabração	Ponte de Lima
	Escusa n. 2	Colúmbio; tântalo	1952	1992	Cabração	Ponte de Lima
	Eiradas	Tântalo; nióbio	1955	1992	Cabração	Ponte de Lima
	Andorinheiras	Colúmbio; tântalo	1949	1992	Estorãos	Ponte de Lima
<i>Compagnie Française des Mines</i>	Fulão	Arsenopirites auríferas; galena; blenda; tântalo	1948	?	Estorãos	Ponte de Lima
	Cabração n. 1	Estanho	1942	1963	Cabração	Ponte de Lima
	Escusa	Estanho	1943	1945	Cabração	Ponte de Lima
	Monteiro	Estanho e ouro	1937	1939	Cabração	Ponte de Lima
	Pedrinhas Brancas n. 1	Estanho	1940	1944	Cabração	Ponte de Lima
	Pedrinhas Brancas n. 2	Estanho	1942	1954	Cabração	Ponte de Lima
	Ribeiro do Seixalvo	Estanho	1941	1947	Cabração	Ponte de Lima
Mãos	Estanho e volfrâmio	1941	1945	Estorãos	Ponte de Lima	
<i>Mineira do Arco, Limitada</i>	Cabração n.º 1	Estanho	1963	1991	Cabração	Ponte de Lima
	Escusa	Estanho	1963	1971	Cabração	Ponte de Lima
	Monteiro	Estanho e ouro	1963	1971	Cabração	Ponte de Lima
	Pedrinhas Brancas n. 1	Estanho	1963	1971	Cabração	Ponte de Lima
	Pedrinhas Brancas n. 2	Estanho	1963	1971	Cabração	Ponte de Lima
	Ribeiro do Seixalvo	Estanho	1963	1971	Cabração	Ponte de Lima
	Mãos	Estanho e volfrâmio	1963	1971	Estorãos	Ponte de Lima
<i>Geomina, Limitada</i>	Cabração n.º 1	Estanho	1971	?	Cabração	Ponte de Lima
	Escusa	Estanho	1971	?	Cabração	Ponte de Lima
	Monteiro	Estanho e ouro	1971	?	Cabração	Ponte de Lima
	Pedrinhas Brancas n. 1	Estanho	1971	?	Cabração	Ponte de Lima
	Pedrinhas Brancas n. 2	Estanho	1971	?	Cabração	Ponte de Lima
	Ribeiro do Seixalvo	Estanho	1971	?	Cabração	Ponte de Lima
	Mãos	Estanho e volfrâmio	1971	?	Estorãos	Ponte de Lima
<i>Sociedade Carbonífera da Lomba, Lda</i>	Monte do Formigoso	Tântalo; colúmbio	1952	1968	Cabração	Ponte de Lima
<i>Sociedade Mineira da Várzea</i>	Ribeiro de Santa Justa	Volfrâmio; estanho	1941	?	São Pedro de Arcos	Ponte de Lima
<i>Sociedade Mineira da Balouca</i>	Balouca	Estanho	1941	?	Cabração	Ponte de Lima
<i>Sociedade Mineira de Estorãos, Limitada</i>	Braçal	Volfrâmio; estanho	1942	1953	Estorãos	Ponte de Lima

TABELA 1.

Concessões em nome coletivo

[9] ESTA SOCIEDADE POR COTAS PASSOU A USAR A DESIGNAÇÃO DE MINEIRA DA BOAVISTA, LIMITADA, POR ESCRITURA PASSADA A 27 DE JULHO DE 1942.

[10] SOCIEDADE COMERCIAL POR COTAS QUE FOI FORMADA POR ESCRITURA A 5 DE FEVEREIRO DE 1943, COM SEDE NA FREGUESIA DE ESTORÃOS, NO EDIFÍCIO CONHECIDO POR CASA DO REI. O SEU OBJETO ERA O REGISTO, PESQUISA E EXPLORAÇÃO DE MINAS. O CAPITAL SOCIAL ERA DE SESSENTA MIL ESCUDOS, SENDO QUE CINQUENTA MIL ESCUDOS ERA DESTINADO À LAVRA DE MINAS. A ADMINISTRAÇÃO E A GERÊNCIA DA SOCIEDADE FICOU A CARGO DOS SÓCIOS GERENTES JOÃO FERNANDES FERREIRA E MANUEL ALVES DE SOUSA (JORNAL CARDEAL SARAIVA, DE 29 DE ABRIL DE 1943).

[11] SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA CONSTITUÍDA A 19 DE JANEIRO DE 1943, COM SEDE NO LARGO DA FREIRA, FREGUESIA DE ARCOZELO, CONCELHO

DE PONTE DE LIMA. O SEU OBJETO ERA O TRATAMENTO E FUNDIÇÃO DE MINÉRIOS, OU OUTRO RAMO DE INDÚSTRIA OU COMÉRCIO QUE VIÉSSE A SER DESIGNADO, COM EXCEÇÃO DO BANCÁRIO. O CAPITAL SOCIAL ERA DE TREZENTOS MIL ESCUDOS CORRESPONDENTES ÀS COTAS COM QUE OS SÓCIOS SE SUBSCREVERAM PARA A SOCIEDADES, SENDO QUE QUARENTA MIL ESCUDOS FORAM ATRIBUÍDOS PARA A INSTALAÇÃO DE DOIS FORNOS DE FUNDIÇÃO, UM DE USTULAÇÃO E OUTRO DE REFINAÇÃO. A GERÊNCIA SOCIAL ERA EXERCIDA PELOS SÓCIOS GERENTES DO “ENTREPOSTO MINEIRO DO MINHO, LIMITADA”: ANTERO DE SOUSA COUTO CALHEIROS LOBO E DOUTOR GASPAR FERNANDES REGUENGOS DE QUEIROZ; POR UM SÓCIO GERENTE DA SOCIEDADE DA “EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DO NORTE, NORTEX, LIMITADA”: ANTÓNIO DE ALMEIDA PINTO DE FREITAS OU MANUEL DE ALMEIDA PINTO; E PELO DOUTOR TEÓFILO MACIEL PAIS CARNEIRO (JORNAL CARDEAL SARAIVA, DE 30 DE MARÇO DE 1943).

Andorinheiras e Fulão Sul localizada na freguesia de Estorãos;

- Compagnie Française des Mines, possuidora de 7 minas, nomeadamente: Cabração n. 1, Escusa, Monteiro, Pedrinhas Brancas n.1, Pedrinhas Brancas n. 2 e Ribeiro do Seixalvo situadas na freguesia da Cabração; e ainda a mina denominada Mãos, localizada na freguesia de Estorãos;

- Mineira do Arco, Limitada por transmissão ficou com todas as minas da empresa Compagnie Française des Mines;

- Geomina, Limitada comprou as minas da empresa Mineira do Arco, Limitada;

- Sociedade Carbonífera da Lomba, Lda possuidora de uma mina denominada Monte do Formigoso, situada na freguesia da Cabração;

- Sociedade Mineira da Várzea concessionária de uma mina de volfrâmio e estanho denominada “Ribeiro de Santa Justa”, situada na freguesia de São Pedro de Arcos, concelho de Ponte de Lima, em 30 de agosto de 1941;

- Sociedade Mineira da Balouca possuidora de mina de estanho denominada “Balouca”, situada na freguesia da Cabração, concelho de Ponte de Lima, em 22 de setembro de 1941;

- Sociedade Mineira de Estorãos, Limitada detentora da mina de volfrâmio e estanho denominada “Braçal”, situada na freguesia de Estorãos, concelho de Ponte de Lima, em 19 de outubro de 1940.

Para além das empresas supracitadas existiam, ainda, a empresa Mineira do Lima, Limitada, a So-

iedade Mineira de Ponte do Lima, Limitada^[9], a Mineira do Alto do Estanho, Limitada^[10] a Transformadora Industrial do Norte^[11], Limitada, e a MINARGA que se dedicavam à exploração de minas ou minério na Serra d’Arga.

O território mineiro é, certamente, constituído por mais minas do que as que se apresentam seguidamente. No entanto, este é o resultado alcançado, fruto das pesquisas efetuadas na biblioteca e arquivo do LNEG, em Alfragide, e no Jornal Cardeal Saraiva de Ponte de Lima:

Como se pode verificar pela descrição da tabela n. 1 as minas pertenciam a várias empresas que laboravam neste território.

A atividade mineira iniciou-se, maioritariamente na década de 40 do século XX, tendo-se mantido a exploração até aos anos 70 ou mesmo 80 do século passado, com suspensões regulares, embora algumas concessionárias tenham revogado a atividade em 1992.

Afere-se, também, que muitas das concessões mineiras foram passando de empresa para empresa através de transmissão autorizada pelo Governo da República Portuguesa. Passamos, agora, a evidenciar as concessões deferidas em nome individual, fruto das pesquisas efetuadas no Jornal Cardeal Saraiva, nos Livros de Registos de Minas do Arquivo Municipal de Ponte de Lima e no LNEG destacando-se as seguintes:

- José Coelho dos Santos possuidor por transferência da mina de volfrâmio e estanho denominada

“Braçal”, situada na freguesia de Estorãos, concelho de Ponte de Lima, em 16 de janeiro de 1953;

▪ José Maria Soares Vieira detentor da mina de volfrâmio e estanho denominada “Estorãos”, situada na freguesia de Estorãos, concelho de Ponte de Lima, em 28 de agosto de 1939 (Figura 3);

Godofredo Pereira Pinto assumiu a responsabilidade da concessão da mina de volfrâmio e estanho denominada “Estorãos”, em 19 de dezembro de 1956;

▪ Raul Maria Gomes de Almeida Castelo Branco proprietário da mina de volfrâmio denominada “Fisga”, situada na freguesia de Estorãos, concelho de Ponte de Lima, em 12 de maio de 1941.

Esta tabela apresenta minas exploradas por pessoas em nome individual que se dedicavam, essencialmente, à exploração de volfrâmio, entre início da década 40 e 50 do século passado.

Para além destas concessões mineiras existentes na Serra de Arga encontram-se no concelho de Ponte de Lima outros registos mineiros em nome individual nomeadamente nas freguesias de Arcozelo, de Arca, da Correlhã, de Serdedelo, de Beiral do Lima, entre outros.

Estas concessões encerram o esforço de uma população dedicada à exploração mineira. Testemunhos de vida das populações, que com o seu trabalho e com o seu esforço, moveram terras à procura de novas formas de enriquecimento.

Pelas atas da Junta de Freguesia de Estorãos, localidade junto à Serra d’Arga, também se afere que a ati-

vidade mineira gerou divergências entre a população e entre algumas das empresas concessionárias. No entanto, toda a população se empenhou nesta atividade, como se pode verificar através dos excertos seguidamente apresentados^[12]:

30 de Abril de 1941

“...pedido de atestado para fins convenientes que nos montes da água Levada, da Milhão, da Chansinha e do Periqueiro, desde a freguesia de Estorãos que confronta a norte com o lugar do Cerquido, a nascente com o sítio do Enchurro e sul com a capela de Sta Justa, e poente com limites da freguesia de S. Lourenço da Montaria, alguém a não ser o requerente Humberto Guimarães Pinheiro, casado, comerciante, morador na Quinta de Pombal, freguesia de Azurém, do concelho de Guimarães, realizou pesquisas e outros trabalhos de minas a partir de Junho de 1940...”.

15 de Maio de 1941

“...requerimento do Senhor Estebam Anes de Menezes, solteiro, industrial, residente na Quinta de Mato Bom, freguesia de Estorãos, concelho de Estorãos, sócio da concessionária, Humberto Guimarães Pinheiro, com exploração de Volfrâmio no sítio de Água Levada do lugar do Cerquido da referida freguesia e concelho. Depois de lido e discutido foi deliberado passar-lhe a respectiva autorização para montagem de uma barraca de abrigo e guarda de ferramentas no mesmo sítio de Água Levada que ocupa de superfície vinte e quatro metros quadrados. Sujeitando-se o requerente às seguintes condições 1º pagar de renda anual vinte e quatro escudos pelo terreno ocupado á Junta desta freguesia 2ª pagar

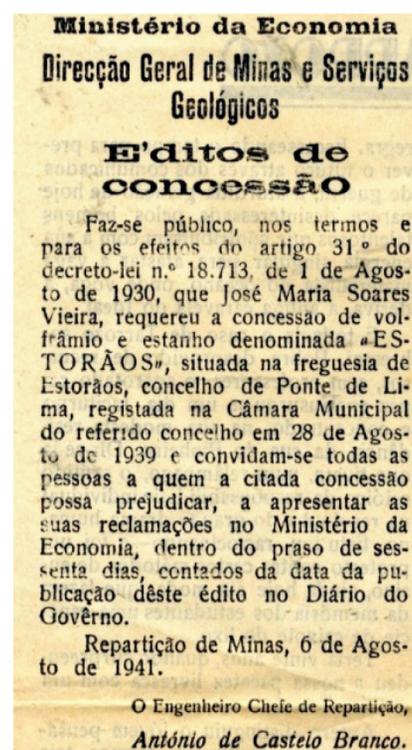


FIGURA 3.

Édito de concessão que requereu José Maria Soares Vieira para mina de volfrâmio e estanho denominada «ESTORÃOS» situada na Serra d’Arga.

FONTE: Jornal Cardeal Saraiva, de 28 de agosto de 1941

[12] INFORMAÇÃO GENTILMENTE CEDIDA PELO SR. JOSÉ LIMA (SECRETÁRIO DA JUNTA DE FREGUESIA DE ESTORÃOS).

PROPRIETÁRIO	MINA CONCESSIONADA	SUBSTÂNCIA EXPLORADO	ANO DE ATIVIDADE DA CONCESSÃO		FREGUESIA	CONCELHO
			INÍCIO	FIM		
<i>José Maria Soares Vieira</i>	Estorãos	Volfrâmio; estanho	1939	1950	Estorãos	Ponte de Lima
<i>Raul Maria Gomes de Almeida Castelo Branco</i>	Fisga	Volfrâmio	1941	?	Estorãos	Ponte de Lima
<i>José Coelho dos Santos</i>	Braçal	Volfrâmio	1953	?	Estorãos	Ponte de Lima
<i>Godofredo Pereira Pinto</i>	Estorãos	Volfrâmio; estanho	1956	1967	Estorãos	Ponte de Lima

TABELA 2.

Concessões em nome individual

no principio do ano a contar de 15 de Maio de 1941 a 15 de Maio de 1942, este contrato não deixa de existir enquanto não demolirem a dita barraca...”.

30 de Junho de 1941

“... o Senhor Presidente diz que no último domingo no fim da missa conventual notou alguns grupos que discutiam com calor abeirou-se viu que se tratava do requerimento da concessão da Mina da Companhia Francesa de Minas como todos temos inteiro conhecimento essa companhia tem prejudicado bastante o povo desta freguesia e circunvizinhas, proponho para que se faça subir às instâncias competentes as reclamações necessárias a bem da defesa dos interesses desta Junta e dos paroquianos...”.

15 de Fevereiro de 1942

“...em seguida foi apresentada pelo senhor Presidente a seguinte proposta:

- Considerando que nos montados desta freguesia estão feitos muitos registos mineiros.

- Considerando que desses registos resultam muitos danos nos montados, nas pastagens, nos tojos e arvoredos.

- Considerando que esses montados se encontram na administração desta Junta.

- Considerando que da exploração mineira, transportes e seus anexos vão deteriorar os caminhos.

- Considerando que não é fácil impedir a exploração do minério em pesquisas nem legal em concessões.

- Considerando que esta Junta não tem receita para reparar os caminhos.

- Considerando que não é de justiça nem legal contribuir os paroquianos para reparar aquilo que outros deram causa.

- Considerando ainda que as receitas desta Junta vão diminuir pela falta de madeiras que se criavam nesses montados, e os paroquianos vão lutar com falta de pastagens, tojos para o fabrico de estrumes.

Proponho para que esta Junta lance e cobre o imposto proporcional sobre minas nos termos do art.º 777, nº 6 do Código Administrativo, e o art.º 104 nº 2 do Decreto nº 18.713 e mais legislação aplicada que esse imposto seja de 5% como explicam os citados artigos e se pedisse a Sua Ex.cia o Senhor Ministro das Finanças, para que esta cobrança fosse feita cumulativamente com o imposto

do Estado. A proposta foi aprovada por unanimidade...”.

Também na obra intitulada *Ponte de Lima uma Vila Histórica do Minho*, o autor Carlos Brochado de Almeida, faz alusão à extração mineira, que se passa a citar “... aproveitamento diferente teve o Rio Estorãos ao longo da sua história. Na antiguidade, desde que os metais começaram a ter préstimo para o homem, as águas que recebe da Serra de Arga e da vertente ocidental do Formigoso, foram usadas para lavar terras, separar metais, muito em especial o ouro e o estanho. Não é por acaso que algumas das antigas lavras de mineração se situam ao longo do curso, tal como não é de estranhar que muitos dos aluviões arrastados acabassem por depositar-se na parte final do seu percurso, contribuindo assim para a formação da extensa área sedimentar que se estende pelas freguesias de Arcos, Estorãos e Bertiandos...”^[13].

Todo este território mineiro foi fonte de enriquecimento para a localidade, mas também foco de discordâncias entre população e concessionárias.

Muitas destas concessões estavam associadas à ‘Separadora’ de Ponte de Lima, que passamos a descrever.

1.1. O edifício da ‘Separadora’: descrição geral

À exímia *Separadora* só lhe resta o degradado edifício.

Quanta história não encerra em termos de mineralogia, aquele “BARRACÃO”, agora silencioso, mas que bem merece a reconstrução da sua própria identidade, por quem de direito, no sentido de dar a conhecer aos jovens de hoje, a grandeza de uma gesta (o mineiro-limiano), que há mais de quatro décadas, calcinou com o seu próprio sangue, a terra que o “engoliu”. (Carlos Ruela, In Jornal Cardeal Saraiva, de 20 de dezembro de 1991)

O edifício conhecido por ‘Separadora’ (Figura 4 e 5) apresenta um valor patrimonial e cultural inigualável.

Nesta sequência e considerando o edifício detentor de valor histórico e cultural, identitário de uma época, é crucial proceder-se à sua descrição e revalorização, com o intuito de se dar a conhecer esta estrutura catalisadora da cultura e da indústria desta região, evidenciando as formas de vida da sociedade limiana.

1.1.1. Enquadramento histórico do edifício

Este emblemático edifício encontra-se situado no Largo da Freiria, na freguesia de Arcozelo, do concelho de Ponte de Lima e ostenta traços arquitetónicos e elementos decorativos relevantes, tendo sido construído no século XIX, desconhecendo-se, porém, o responsável pela sua obra.

Inicialmente este espaço era formado pela casa, anexos e uma quinta, que constituía uma área significativa.

Na década de 20/30, do século XX, com o intuito de facilitar o acesso da vila à futura estação de caminhos-de-ferro^[14], projetada para um local acerca de 100 metros de distância do edifício, abriram uma estrada que a ligava à ponte romana/medieval. Esta obra cortou a quinta ao meio, restando, atualmente, o edifício e um

LOCALIZAÇÃO	Largo da Freiria – Arcozelo – Ponte de Lima
DENOMINAÇÃO	‘Separadora’
DATA DE CONSTRUÇÃO	Século XIX
ÁREA	1200 m ²
APRESENTAÇÃO	O edifício conhecido e popularmente apelidado por “Separadora” é uma das mais importantes referências do Património Industrial Mineiro do concelho de Ponte de Lima. Atualmente encontra-se desativado, devoluto e em mau estado de conservação (Figuras 6 e 7).



[131] ALMEIDA, CARLOS A. BROCHADO (2007) – **PONTE DE LIMA: UMA VILA HISTÓRICA DO MINHO**. PONTE DE LIMA: MUNICÍPIO DE PONTE DE LIMA. P. 21.

[141] ESTA ESTAÇÃO DE CAMINHOS-DE-FERRO NUNCA CHEGOU A SER CONCLUÍDA.

FIGURAS 4 E 5.

‘Separadora’ – Fachada principal.

FONTE: Própria

FIGURAS 6.

‘Separadora’ – Aspeto exterior.

FONTE: Própria

FIGURAS 7.

‘Separadora’ – Aspeto interior.

FONTE: Própria

logradouro, com uma área aproximada de 1200m².

Esta propriedade pertencia à ilustre família de Gonçalo de Abreu Coutinho, Jornalista e Cônsul de Portugal em Toulouse (França), que posteriormente a colocou à venda.

Assim, na década de 40 foi realizada a aquisição da propriedade pela empresa MIPOLI (Minas de Ponte de Lima, S.A. R. L.), sociedade associada à empresa “Entrepósito Mineiro do Minho” e à qual estavam associados vários sócios, que adquiriam ações (Figura 8).

Após a sua aquisição a propriedade foi transformada em indústria mineira, que se dedicava à pesquisa, exploração de minas e tratamento industrial de minérios.

O edifício servia para albergar os serviços administrativos das empresas MIPOLI (Figura 10), Entrepósito Mineiro do Minho (Figura 9), Transformadora Industrial do Norte, Limitada (Figura 11) e MINARGA^[15] que possuíam administradores e sócios comuns, e estavam sediadas neste edifício.

No mesmo espaço, e indo ao encontro da sua atividade laboral, existia maquinaria apelidada popularmente por ‘Separadora’, pela função que exercia ao separar o minério, maioritariamente volfrâmio e estanho, proveniente das explorações mineiras.

Segundo o atual proprietário, estas empresas possuíam quinze concessões onde trabalhavam um conjunto significativo de pessoas, uma média de vinte e cinco a trinta pessoas por mina. Estas quinze concessões mineiras, não tinham

a lavra a decorrer todas no mesmo período temporal, havendo mobilidade de trabalhadores de umas minas para as outras.

Neste edifício os empregados exerciam diversas funções: a área administrativa era orientada pelos gerentes e pelo pessoal administrativo – empregados de escritório, desde estafetas a escriturárias; existia também a área dos operários que trabalhavam nas máquinas, tanques e fornos.

Nas minas havia um Engenheiro de Minas que coordenava os trabalhos junto das concessões, um encarregado, os mineiros, os ajudantes, os vagonheiros e os ferreiros. Havia, também, mão-de-obra não qualificada, que faziam trabalhos manuais não especificados, nomeadamente transporte de terras e areias em carrinhos de mão, que inicialmente eram feitos em caleiras de madeira ou bacias^[16].

Nesta conjetura, pode afirmar-se que funcionários administrativos, chefias intermédias e alguns operários mais qualificados tinham acesso a contratos anuais de trabalho e a salários mensais, obedecendo a um horário, normalmente, de sete horas diárias.

Os outros trabalhadores, incluindo os mineiros, tinham que cumprir um horário de oito horas diárias e recebiam quinzenalmente, pelo encarregado de minas, que estava responsável por essa tarefa. Este encarregado dirigia-se, todas as segundas-feiras, a pé, à ‘Separadora’, com o objetivo de proceder ao levantamento do dinheiro, para posteriormente, o distribuir



FIGURA 8.

Ação da empresa MIPOLI.

FONTE: João Gomes Abreu

[15] MINARGA – MINAS DA SERRA D'ARGA, LDA - TINHA COMO RESPONSABILIDADE A CONCESSÃO MINEIRA DA CERDEIRINHA.

[14] INFORMAÇÕES BASEADAS NO DEPOIMENTO DO ATUAL PROPRIETÁRIO DO EDIFÍCIO DOUTOR ANTÓNIO QUEIROZ.

Entrepasto Mineiro do Minho, Limitada

Concessionário de minas

Laboratório de Análises

FILIAL:

Largo da Freiria
PONTE DO LIMA

SÉDE:

Rua Sá da Bandeira, 247-2.º e 3.º

Telefone 5200 e 5202

P O R T O

FIGURA 9.

Entrepasto Mineiro do Minho, Limitada – Anúncio publicitário.

FONTE: *Jornal Cardeal Saraiva* de 29 de abril de 1943



MIPOLI - MINAS de Ponte do Lima

S. A. R. L.

Por escritura de hoje, lavrada nas notas do notário abaixo assinado, foi constituída uma sociedade de responsabilidade limitada, sob a denominação Mipoli-Minas de Ponte do Lima— Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada.

Artigo 2.º—A sua sede e domicílio é em Ponte do Lima, no Largo da Freiria, podendo a Administração estabelecer delegações onde julgar conveniente.

Artigo 3.º—A sociedade tem por objecto a lavra mineira.

Artigo 4.º—A sua duração é por tempo indeterminado e, para todos os efeitos, o seu começo se contará de hoje.

Artigo 5.º—O capital social, intrinsecamente subscrito e realizado em moeda portuguesa pelos sócios fundadores, é de um milhão de escudos, dividido em mil acções ordinárias do valor nominal de mil escudos cada uma, sendo todo destinado à pesquisa, a lavra de minas e aquisição de requistos mineiros.

§ 1.º—Poderá haver títulos de uma, cinco e dez acções nominativas ou ao portador e reciprocamente convertíveis.

§ 2.º—Em qualquer elevação de capital terão os accionistas preferência na respectiva subscrição em proporção das acções que já possuírem.

§ 3.º—Fica desde já a administração da sociedade autorizada a elevar o capital, por uma ou mais vezes, com o plano de omissão que tiver por mais conveniente e até à importância de seis milhões de escudos, e, bem assim, a regular os direitos sociais dos novos accionistas e a outorgar na competente escritura.

§ 4.º—Pode a sociedade adquirir acções próprias e sobre elas fazer as operações autorizadas por lei.

Cardeal Saraiva — Pág. 2

Cardeal Saraiva — Pág. 2

T. I. N. L. da

TRANSFORMADORA INDUSTRIAL DO NORTE, L. da

Separação e concentração de Minérios

Fundição de estanho

Escritório e Oficinas:
LARGO DA FREIRIA
PONTE DO LIMA

FIGURA 10.

Escritura da MIPOLI – Minas de Ponte de Lima S.A.R.L.

FONTE: *Jornal Cardeal Saraiva* de 29 de abril de 1943, p. 2

FIGURA 11.

T.I.N., L.da – Anúncio publicitário.

FONTE: *Jornal Cardeal Saraiva* de 29 de abril de 1943, p. 2

linário do costume. De tarde, grande arraial, com os atractivos do costume, abrihanda do pelas bandas de música de Monção e Ponte do Lima.

Guarda-vestidos VENDE-SE em um ma deira de antigo castanho e com espelho. Diz-se nesta redacção.

Caixa de pasto PASSA-SE à venda uma casa Figueiredo, na rua do Rosário, desta vila, com o recheio ou sem ele. Falar com o seu proprietário.

accionista que por eles for indicado. § 3.º—Havendo acções privilegiadas, os seus titulares só podem fazer parte da assembleia geral desde que possuam um mínimo de vinte e cinco acções, a que corresponderá um voto, sendo também necessário um mínimo de vinte e cinco acções para que os seus titulares se possam agrupar nos termos e para os fins do parágrafo anterior.

Artigo 10.º—Os accionistas que não exercem cargos sociais e tenham direito a voto, poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por outros accionistas, conferido o respectivo mandato em simples carta, que será depositado no escritório social antes do dia da reunião.

Artigo 11.º—Compete à assembleia geral: a) Eleger a sua mesa, constituída por um presidente, dois secretários e dois vice secretários, com atribuições tripartidas e revogáveis;

b) Eleger os accionistas que hão-de constituir os corpos gerentes e estabelecer a caução que eles devem prestar;

c) Apreciar e votar os respectivos balanços, contas e relatórios anuais;

d) Alterar os estatutos e deliberar sobre a dissolução e liquidação da sociedade;

e) Deliberar sobre todos os de mais assuntos que lhe são atribuídos por lei ou por estes estatutos.

Artigo 12.º—A assembleia geral reunirá ordinariamente todos os anos, nos termos e para os fins legais, e reunirá extraordinariamente a requerimento de qualquer administrador, de qualquer membro do conselho fiscal ou de accionistas que representem, pelo menos, a quarta parte do capital social.

Artigo 13.º—Para que qualquer assembleia geral possa deliberar válidamente, em reunião de primeira convocação, é necessária a representação da maioria do capital social.

Quando reuna em segunda con-

vocação deliberará com qualquer número de accionistas e seja qual for o capital representado.

Artigo 14.º—O ano social é o ano civil, com balança referido a trinta e um de Dezembro.

Artigo 15.º—Os lucros líquidos apurados no balanço terão as seguintes applicações: a) Cinco por cento para fundo de reserva legal; b) Dez por cento para a administração, sem prejuizo do disposto no artigo oitavo. c) Cinco por cento para o conselho fiscal.

Artigo 16.º—No caso de haver acções privilegiadas, depois de retirados os cinco por cento para o fundo de reserva legal, sairá, com preferência sobre as restantes applicações, uma percentagem até quatro por cento do valor nominal de cada acção privilegiada, destinada ao seu titular como retribuição.

§ Único—Satisfeita a preferência referida neste artigo e as applicações constantes das alíneas b) e c) do artigo anterior, os lucros sobrantes serão divididos em duas partes iguais, destinando-se uma a dividendo das acções ordinárias e outra a dividendo suplementar das acções privilegiadas.

Artigo 17.º—Tudo o mais não previsto, designadamente o tocante à dissolução e liquidação, será regulado pela lei vigente, devendo, porém, observarse, quanto à liquidação, que o activo liquido que se apurar será applicado em primeiro lugar ao pagamento das acções privilegiadas e em segundo ao das ordinárias, devendo o excedente ser distribuido em duas partes iguais, uma para as acções ordinárias e outra para as acções privilegiadas.

Artigo 18.º—Nas suas relações com o Estado esta sociedade será representada por qualquer dos seus administradores.

Artigo 19.º—Não podem fazer parte dos corpos gerentes desta sociedade, nem em alguma qualidade, directamente ou por interposta pessoa, poderão prestar lre quaisquer serviços, as pessoas referidas nos diferentes números do artigo primeiro do decreto número quinze mil quinhentos e trinta e oito, de um de Junho de mil novecentos vinte e oito, como determina o artigo décimo do mesmo decreto.

Artigo 20.º—A assembleia geral desta sociedade reunirá no dia vinte do corrente mês de Maio, pelas catorze horas, na rua de Santo Ildefonso, número cento e um, da cidade do Porto, para determinar a caução a prestar por estes.

Gondomar, 17 de Maio de 1947.

O Notário,
Ernesto da Fonseca.

pelos trabalhadores mineiros que laboravam na Serra d'Arga.

A Separadora, assim denominada, com sede no Largo da Freiria, era como que, a “Coluna vertebral” das minas da Serra d'Arga, onde na década de 40, após a chamada “febre do volfrâmio, se processou a pesquisa do ouro e da prata.

No degradante edifício, que a imagem retrata (Figura 12), nos dias de hoje (1991), e que a incúria dos homens olvidou, muitos dos seus dedicados servidores, deram o melhor do seu esforço e entusiasmo que o futuro veio a demonstrar utópico e irrealista.

De qualquer forma, recorde-se o seu principal cabouqueiro, Gaspar Queiroz, sempre virado para assuntos da mineralogia, cujos proventos, adquiridos na exportação do volfrâmio, “enterrou” na Serra de Arga. Cerca de 50 mineiros, cuja profissão, a mais arriscada do mundo, diariamente, com o uso de gasómetros, compressores e martelos pneumáticos, rasgavam rochas graníticas, na busca incessante do almejado filão.

O “tovenant, era posteriormente, depois de moído seco e calibrado, sujeito a uma análise, a cargo do autor deste escrito, tendo como coadjuvante, Artur Fernandes Pereira, morador no citado Largo da Freiria.

Mas na chamada “coluna vertebral”, daquele empreendimento, muitos já, e, infelizmente, deixaram o nosso salutar convívio. Recordemos alguns: - Fernando Ruela: topógrafo; David Rocha Braga: chefe de escritório; Antó-



FIGURA 12.

Edifício da ‘Separadora’ em 1991

FONTE: *Jornal Cardeal Saraiva* de 12 de dezembro de 1991

nio Augusto Fernandes: encarregado; Francisco José Pereira: vigilante; e o já citado director Queiroz Ribeiro. São ainda vivos, D. Margarida Marinho, a Guidinha: dactilógrafa; o Mendes de Carvalho e Joaquim Carneiro: empregados de escritório.

*Toda esta plêiade sentiu de forma efectiva e afectiva o ouro na Serra de Arga (Carlos Ruela, analista da ‘Separadora’, In *Jornal Cardeal Saraiva*, de 06 de dezembro de 1991).*

1.1.2. Estrutura e funcionamento do edifício

Para compreender a funcionalidade do edifício e da empresa iniciou-se um processo de investigação para aceder à planta original do edifício. Após várias pesquisas

e idas a diferentes arquivos (municipais e prediais) verificou-se a impossibilidade de aceder à documentação pretendida.

Assim, encetou-se outra estratégia para alcançar o pretendido e procurou-se encontrar pessoas que conhecessem o edifício ou tivessem trabalhado em alguma empresa com sede nessa mesma propriedade.

Nesta conformidade, através de depoimentos de antigos trabalhadores^[17] da ‘separadora’ e de familiares, conseguiu-se conceber a planta do edifício (Figura 16) e perceber o circuito de exploração do minério.

Como foi referido anteriormente este edifício já existia antes de se transformar numa estrutura de índole industrial. Neste sentido, este imóvel passou de uma casa de família para albergar empresas com

••

As empresas tiveram que se adaptar ao edifício e adequá-lo à atividade pretendida, tornando-o funcional, embora se depreenda que as alterações efetuadas à estrutura do edifício tenha sido irrelevante ou quase nula comparativamente à estrutura primitiva.

••

finalidades económicas relacionadas com a extração mineira.

As empresas tiveram que se adaptar ao edifício e adequá-lo à atividade pretendida, tornando-o funcional, embora se depreenda que as alterações efetuadas à estrutura do edifício tenha sido irrelevante ou quase nula comparativamente à estrutura primitiva.

As empresas foram, assim, implementadas num edifício constituído por três andares, dividido em espaços amplos, direcionados para múltiplas funcionalidades.

No rés-do-chão situava-se a entrada principal do edifício, com uma grande porta que dava acesso direto ao hall de entrada. Era seguido de umas escadas ao fundo, em forma de caracol, que comunicavam com o segundo e terceiro andar.

O hall de entrada fazia a divisão da casa: à esquerda encontravam-se duas salas e à direita outras duas. As salas do lado direito alojavam maquinaria (Figura 13) e uma casa de banho com grandes chuveiros, onde os trabalhadores tomavam banho, diariamente, no final do dia de trabalho.

A primeira sala da ala esquerda do edifício funcionava para secagem do minério, após ser lavado na sala mais encostada aos fornos, que era constituída pela lavaria.

Esta sala era formada também por um tanque, para onde era descarregada a água que lavava o minério.

Este tanque era limpo diariamente, pois a água, ao final do dia, encontrava-se imprópria, na sua maioria conspurca, devido à lavagem do minério.

Esta sala comunicava com o exterior através de uma porta que ligava a lavaria aos fornos (Figura 14) e à fonte de água corrente (Figura 15).

Os dois fornos de fundição, um de ustulação e outro de refinação, foram construídos pela sociedade da “Expansão da Indústria do Norte, Nortex, Limitada”, que era sócia da empresa T.I.N. (Transformadora Industrial do Minho).

Estes fornos estavam situados noutra edifício, do lado de trás do edifício principal, junto ao quintal.

Passando para o primeiro andar verifica-se que este era dividido por um corredor ao centro e estava destinado aos serviços administrativos. Este espaço era constituído por uma sala da direção, dois escritórios, uma cozinha que, foi transformada em laboratório para auxiliar a indústria mineira. Possuía, também dois quartos e, junto ao laboratório, funcionava mais um WC.

Este andar fazia, também, ligação ao exterior através de uma pequena varanda em metal seguida de escadas em pedra, direcionadas para o quintal junto aos fornos, mas habitualmente pouco utilizadas, pois a circulação de bens e pessoas era efetuada pela entrada principal.

No terceiro andar instalaram seis quartos e uma sala, onde ficavam hospedados alguns trabalhadores e, por vezes, a direção.

O edifício era enriquecido por um quintal rodeado com muros altos e com dois portões de acesso ao quintal, que se interligavam em linha reta, até à rua principal. Este quintal era todo ladeado por

[17] DEPOIMENTOS DA ANTIGA SECRETÁRIA DA DIREÇÃO D. MARGARIDA MARINHO, DA MULHER E FILHA DO SR. ARTUR PEREIRA, TRABALHADOR DA 'SEPARADORA' E MAIS TARDE GUARDA DO EDIFÍCIO, E DO PAQUETE JOÃO PEREIRA.



FIGURA 13.
Maquinaria

FONTE · Própria



FIGURA 14.
Fornos

FONTE · Própria

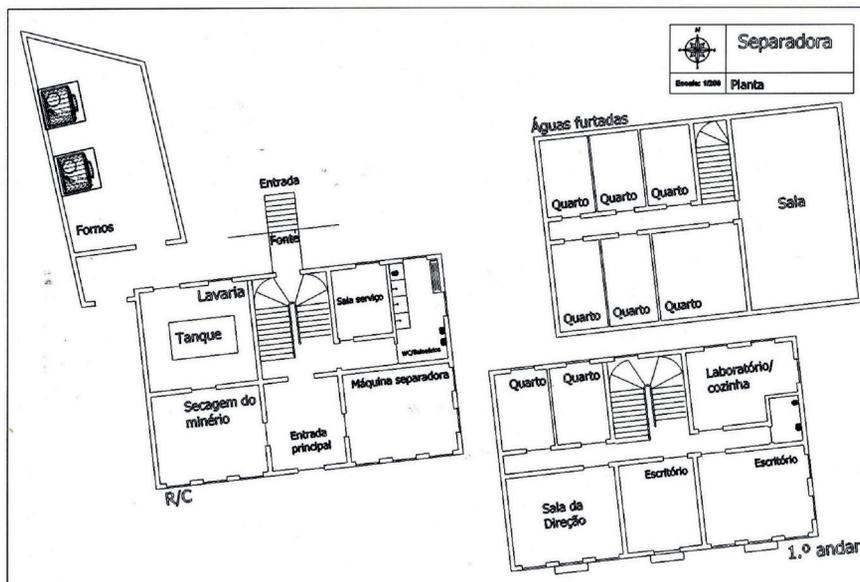


FIGURA 15.
Fonte de água corrente

FONTE · Própria

FIGURA 16.
Planta do edifício da antiga ‘Separadora’

FONTE · Própria



[18] CARVALHO, CARLOS NETO DE, [ET AL.] (2010) – *TEMPOS LOUCOS DO VOLFO* [EM LINHA]. [S.L.]: [S.N.] [CONSULT. 10 MAIO. 2014]. DISPONÍVEL EM WWW:< HTTP://WWW.NATURTEJO.COM/FICHEIROS/CONTEUDOS/PDF/GEOTURISMO/5.7.PDF >

vinha e, de um portão ao outro, existia uma ramada tradicional minhota, assim como, morangueiros que acompanhavam o caminho entre os dois portões. Quer as uvas, quer os morangos serviam de alimento para os trabalhadores do edifício, que degustavam deliciados as frutas, numa época conturbada e difícil.

Esta indústria foi de crucial importância social e económica para a localidade e para a região. Acabou por cessar a atividade na década de 50, originando o encerramento da empresa que, inevitavelmente, gerou o abandono do edifício.

Atualmente a propriedade pertence a António Júlio Queiroz, descendente do antigo sócio Gaspar Queiroz Ribeiro.

1.1.3. Circuito do minério na ‘Separadora’

A ‘Separadora’ recebia o minério oriundo das minas da Serra d’Arça para ser tratado.

O tratamento do minério consistia num variado processo de operações cujo objetivo era a obtenção do produto final, requerendo-se à separação seletiva entre dois ou mais minerais.

Assim, após a extração era necessário proceder-se à separação do minério da ganga, que não possuía qualquer interesse económico.

O tratamento dependia das características físicas, químicas e mineralógicas, técnicas utilizadas e até das condições dos mercados^[18].

Neste caso específico o tratamento

era realizado com maquinaria e auxiliado pela mão-de-obra humana. O minério era transportado desde a serra até à ‘Separadora’, maioritariamente, em camionetas, após a abertura da estrada mandada efetuar pela empresa, que ligava este espaço industrial às minas da Serra d’Arça.

Existiam, no entanto, homens e mulheres, normalmente mineiros por conta própria, que transportavam o minério à cabeça para o venderem na ‘Separadora’, principalmente em dias de feira.

Deslocavam-se desde a serra até Ponte de Lima a pé, por trilhos e caminhos pedestres.

O objetivo era chegar o mais rapidamente à ‘Separadora’ para venderem o material e obterem dividendos, para posteriormente adquirirem produtos e bens na feira. Este minério chegava em bruto (ganga) e era, posteriormente, submetido a vários procedimentos até se obter o produto final.

Iniciava-se, desta forma, o processo com a operação de separação do minério por qualidade. De seguida, passava-se ao processo de redução de tamanho através dos procedimentos de trituração e moagem.

Após esta ação promovia-se a separação do minério. Antes de se obter o produto para a indústria química era necessário passar pelo processo de lavagem, realizado na lavaria. Posteriormente eliminava-se parte da água do concentrado. Esta operação compreendia a secagem.

Depois desta intervenção passava-se ao tratamento químico e se-

guidamente ao processo de aquecimento até se alcançar o produto final, que era colocado em sacos e embalado para ser vendido. O preço do minério variava conforme as necessidades dos mercados, uma vez que estes tinham de ser economicamente autossustentáveis, ou seja, quando a procura aumentava o preço subia, de acordo com a economia global.

2. A atividade mineira: condições de trabalho e modos de vida

Num universo rural marcado pela agricultura e pela pastorícia, ambas de subsistência, surgiu uma nova atividade que veio alterar os modos de vida e de trabalho desta gente minhota.

Este concelho, caracterizado pela incidência de pobreza e desemprego, associa-se uma atividade mineira que gerou a invasão de “formigueiros de gente” (Ribeiro, 1944) mobilizados pela tão noticiada e efémera “Febre do Volfrâmio” (Carvalho, 2012:18).

A maioria dos trabalhadores envolvidos nesta exploração mineira dependia da agropecuária para sobreviver e para obter rendimentos que seriam muito limitados.

Neste contexto, verifica-se que uma elevada percentagem de mineiros eram trabalhadores agrícolas, que partilhavam tarefas entre a exploração mineira e o cultivo da terra. Na sua maioria eram camponeses que, conjuntamente com as suas famílias, aproveitavam as

épocas mais paradas na agricultura para se dedicarem a explorar o volfrâmio. No fim do turno, de oito horas ou mais de trabalho no minério e, ainda, ao Domingo, dedicavam-se ao manejo da terra.

Confirma-se, também, que mão-de-obra mineira residia, majoritariamente, nas aldeias próximas das explorações e deslocavam-se, normalmente, em grupo, até às minas. Em conjunto, saíam de casa ao nascer do sol e regressavam ao anoitecer.

A duração do percurso diário até às explorações correspondia, geralmente, a uma ou duas horas de caminho, por trilhos ou carreiros, dependendo do local onde andavam a laborar. Habitualmente, o regresso a casa, no final do dia de trabalho, representava uma manifestação de constante alegria. Aproveitavam o esplendor da juventude para partilharem danças e cantares e, também, para namoriscar.

Além da população local esta atividade cativou, também, homens e mulheres de outros concelhos e de outras regiões, designadamente de Barcelos, Paredes de Coura, Famicão, Vila Praia de Âncora, Caminha, entre outras localidades.

Estes forasteiros, homens e mulheres, permaneciam toda a semana na serra em habitações com poucas condições, sem eletricidade e com chão de terra ou madeira, pois, normalmente, os edifícios eram cedidos, sem qualquer custo ou contrapartida. Muitas vezes, residiam em currais ou mesmo ao ar livre junto às explorações em que estavam a trabalhar.

Conforme refere Fina d'Armada (2008:179) “a febre das minas do volfrâmio atingiu a gente de Riba de Âncora^[19]” que se deslocou até à Serra d'Arga à procura do minério. O Cerquido foi a localidade escolhida para morarem, durante a semana, devido à proximidade das minas a explorar. No entanto, as condições de habitabilidade não eram as mais favoráveis. A família das Louridas, oriunda da mesma localidade, permanecia toda a semana na serra: “A Emília conheceu nos trabalhos do volfrâmio a Angelina. Tornaram-se amigas e passou a ficar na casa da família dela. O pai Lázaro e o tio Domingos, como não tinham casa onde ficar, dormiam num lagar do vinho” (Armada, 2008:179).

Regressavam à terra de origem, somente, aos fins-de-semana com a finalidade de se abastecerem de bens, principalmente alimentícios, para toda a semana de trabalho.

O testemunho de Maria Laurinda^[20], natural de Riba de Âncora, reflete esta realidade: *Íamos de segunda a sábado. Vínhamos passar o domingo a Riba de Âncora, por causa da missa e para levarmos alimentos para a semana inteira. Era muito longe, mais de seis horas para cada lado. Saíamos de cá de manhãzinha e chegávamos ao princípio da tarde. Até S. Lourenço, havia estrada. Depois tínhamos de subir a serra de Arga e passar para o lado de lá. Passou-se muito.*

“Trazíamos batatas, hortaliça, feijão, também toucinho. Comíamos migas e caldo de farinha. Também

me lembro de comer sardinha e bacalhau, que era barato. Mungiam-se as vacas, deitávamos um pouco de água e pão e chamava-se ‘o leite feito’. Vinho não levávamos, bebíamos água” (Armada, 2008:188).

Os moradores locais recebiam estes externos com sentimentos de solidariedade e interajuda, coadjuvando com aquilo que possuíam e como podiam, nomeadamente na cedência de alojamento e na oferta de refeições. “Era gente muito boa. Não pagávamos nada pela hospedagem. E eles, quando coziam pão, davam-nos bolo do forno” (Armada, 2008: 180).

No entanto, era uma época de grande precariedade e todos possuíam uma alimentação carenciada, com baixos níveis de consumo de alimentos e com ausências de comodidades pessoais ou habitacionais.

Geralmente as refeições destes trabalhadores era efetuada três vezes ao dia. Pela manhã, em casa, a alimentação consistia em sopa (ou caldo^[21]), pouco condimentada, acompanhada com pão. Depois, seguia-se o almoço que já era efetuado no local de trabalho. Todos tinham que ir munidos com a refeição, que comportava uma sardinha com broa, ou então, uma patanisca. Para os mais enriquecidos, já era possível almoçarem um bocadinho de bacalhau, muito fino, que transportavam num tacho com molho verde.

Porém, os trabalhadores de fora do concelho, que moravam no Cerquido durante a semana, recordam tempos de muita pobreza

[19] FREGUESIA DE RIBA DE ÂNCORA, CONCELHO DE CAMINHA.

[20] INFORMAÇÃO RETIRADA DE ARMADA, FINA D' (2008) – **MULHERES DE RIBA DE ÂNCORA NA FEBRE DO ESTANHO E DO VOLFRÂMIO**. IN ESTUDOS REGIONAIS, II SÉRIE, N.º 2, P. 177.

[21] EXPRESSÃO TÍPICA DAS ALDEIAS MINHOTAS.

[22] ARMADA, FINA D' (2008) – **MULHERES DE RIBA DE ÂNCORA NA FEBRE DO ESTANHO E DO VOLFRÂMIO**. IN ESTUDOS REGIONAIS, II SÉRIE, N.º 2, P. 188.

[23] NUNES, JOÃO PAULO AVELÁS (2007) – **EFEITOS COLATERAIS DO “FOMENTO INDUSTRIAL”. O EXEMPLO DO SUBSECTOR PORTUGUÊS DO VOLFRÂMIO ATÉ À DÉCADA DE 1950**. IN REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS, III SÉRIE, VOL. 8, P. 273-297. (EM LINHA). PORTO: FACULDADE DE LETRAS (CONSULT. 03 JAN. 2014). DISPONÍVEL EM WWW:< HTTP://LER.LETRAS.UP.PT/UPLOADS/FICHEIROS/3358.PDF>.

[24] IDEM, IBIDEM.

[25] NUNES, JOÃO PAULO A. (1998) – **ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL E MUSEOLOGIA DA MINERAÇÃO DO VOLFRÂMIO: UMA ABORDAGEM INTRODUTÓRIA**. IN ACTAS DO SEMINÁRIO MUSEOLOGIA E ARQUEOLOGIA MINEIRAS. LISBOA: MUSEU DO I.G.M.: 69-80.

referindo: “A viagem do Cerquido às minas era aí de meia hora. Olha pelo caminho dava-nos fome e íamos à saca e comíamos já tudo pelo caminho. Depois não tínhamos mais nada para o resto do dia. (...) Matavam um porco e levávamos toucinho, pão, sardinhas... Leite bebíamos de manhã à noite. Havia muito leite porque não se vendia”^[22].

Habitualmente bebiam água corrente, dos ribeiros, fontes ou nascentes do monte por onde passavam ou próximo das explorações mineiras onde exerciam funções.

O jantar consistia nas sobras diárias. Alimentavam-se com “caldo” de hortaliça ou feijão temperado com banha ou azeite.

O vestuário também era escasso e limitado. Os trabalhadores mineiros possuíam uma ou duas mudas de roupa e andavam, maioritariamente descalços ou com socas.

Não existia roupa e calçado adaptado à atividade mineira, utilizando vestuário pouco adequado e, muitas vezes, molhado.

Apesar de todas as contingências, esta atividade mineira originou um aumento populacional e consequentemente uma maior circulação de dinheiro e de bens que, inevitavelmente, gerou o aparecimento de novas categorias profissionais e serviços associados a este tipo de atividade, nomeadamente Ferreiros, Padeiras, Cozinheiras e Empregadas Domésticas.

A diversidade das categorias profissionais desta atividade dividia-se em “funcionários administrativos e chefias intermédias, fiéis de

armazém, motoristas e guardas; operários de lavra subterrânea e da lavra a céu aberto, da separação e transformação de minérios; trabalhadores de serviços para construção de edifícios e estradas”^[23] dependentes, normalmente, de empresas ou minas com estrutura industrial, como é o caso paradigmático de uma empresa que laborava na Serra d’Arga denominada MIPOLI.

Nas explorações mineiras de natureza artesanal encontravam-se frequentemente outras profissões, nomeadamente “capatazes e guardas, entivadores e trabalhadores eventuais (homens e rapazes, mulheres e raparigas)”^[24].

Neste tipo de atividade surgiram diversas ilegalidades associadas, como referiu João Nunes^[25] “*Disputavam-se, quer a compra de minérios e de concentrados no “mercado livre”, quer a aquisição de empresas concessionárias, de novas concessões, de oficinas de separação; montavam-se redes de contrabando, espionagem e propaganda; negociavam-se e/ou impunham-se acordos comerciais, quotas de aquisição, modalidades de financiamento/pagamento e transporte; denunciavam-se as actividades do bloco adversário e as facilidades concedidas pelas autoridades portuguesas (eventualmente violadoras dos compromissos e do estatuto de neutralidade)*” (NUNES:1998:72).

Os mineiros nas atividades informais não usufruíam de qualquer tipo de seguro de trabalho, laborando, maioritariamente, em con-

dições ilegais, sendo afetados por doenças como a silicose.

Já os assalariados “usufruíam de um seguro de trabalho obrigatório, o qual asseguraria o custeio de tratamentos, indemnização de danos, pensões de invalidez ou morte”^[26].

Foi, sem dúvida, uma época marcada pela corrida ao volfrâmio, caracterizada pelas difíceis condições de trabalho, e pela ilusão do enriquecimento fácil, como foi retratado no seguinte trecho: “Para isso vamos retrogradar aos anos 40 e vamos dizer que o mineiro limiano foi herói do mundo subterrâneo, pelas árduas condições de trabalho, salário e risco da própria vida.

Na Serra de Arga, cujas minas, atingiram por vezes, mais de cem metros de comprimento, este “homem-toupeira” é digno do mais rasgado encómio.

O trabalho deste valoroso operário consistia em rasgar a rocha nas suas entranhas com a colaboração de compressores e martelos pneumáticos interligados no sentido de perfurar o filão, de acordo com os exames laboratoriais.

De quando em vez, ao longo das minas, e consoante o valor analítico, era necessário abrir novas recupas (minas secundárias), no prosseguimento do filão. Como se o trabalho não bastasse para glorificar o mineiro limiano, outro factor de primordial importância era a ventilação; por isso havia ainda que proceder ao recurso das chaminés, para que o ar entrasse no seu “submundo” do trabalho. O volfrâmio que atingiu níveis

consideráveis para a época (setecentos escudos o quilo), dada a sua utilização no fabrico de armas bélicas, pelos alemães e ingleses, tinha seu tempo contado.

Para todo o sempre fica o mineiro-limiano, que no silêncio da mina, não tinha por companhia, nem o cantar do galo, tão puco o coaxar da rã. O seu silêncio era interciso, pelo ruído ensurdecedor dos martelos pneumáticos. Mas o mineiro-limiano ostenta orgulhosamente o seu símbolo: o gasómetro alimentado a carbone-to” (Carlos Ruela, In Jornal Cardeal Saraiva, de 13 de dezembro de 1991).

Foram anos de luta e trabalho, mas, também, de grande responsabilidade e de uma considerável emancipação das mulheres através da conquista da liberdade. O facto de naquela época passarem semanas fora de casa, longe da família e da vigilância materna, espelha uma grande conquista, impensável em anos anteriores para as mulheres, a quem estava, simplesmente, incumbida a tarefa de cuidar da casa e de trabalhar na agricultura, passando depois de casadas a cuidar dos filhos e a manter a harmonia do lar.

Com a atividade mineira as mulheres do Alto Minho tornaram-se mais independentes e com salário para assegurarem as suas despesas pessoais e as despesas da casa. Não enriqueceram mas alcançaram outros bens que tanto idealizavam, tais como: roupa, ouro, verificando mudanças significativas nas suas vidas.

“

O facto de naquela época passarem semanas fora de casa, longe da família e da vigilância materna, espelha uma grande conquista, impensável em anos anteriores para as mulheres, a quem estava, simplesmente, incumbida a tarefa de cuidar da casa e de trabalhar na agricultura, passando depois de casadas a cuidar dos filhos e a manter a harmonia do lar.

”

[26] NUNES, JOÃO PAULO AVELÃS (2007) – EFEITOS COLATERAIS DO “FOMENTO INDUSTRIAL”. O EXEMPLO DO SUBSECTOR PORTUGUÊS DO VOLFRÂMIO ATÉ À DÉCADA DE 1950. IN REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS, III SÉRIE, VOL. 8, P. 273-297. (EM LINHA). PORTO: FACULDADE DE LETRAS [CONSULT. 03 JAN. 2014]. DISPONÍVEL EM WWW:<HTTP://LER.LETRAS.UPPT/UPLOADS/FICHEIROS/3358.PDF>

[27] LOCALIDADE JUNTO À SERRA D'ARGA.

[28] SILVA, J. M. LEAL DA (2009) – A CORRIDA À RIQUEZA NO “RUSH” MINEIRO: CASO DE AROUCA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA-MOVIMENTOS SOCIAIS. LISBOA: FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. 160 P.

[29] PIEDADE AGUIAR, DEPOIMENTO RECOLHIDO NO CERQUIDO, EM 24 DE SETEMBRO DE 2007, POR FINA D'ARMADA (2008:180).

Também, concederam tempo para a distração, procurando divertir-se e viver a mocidade. Eram jovens e apreciavam divertimentos e namoricos para, normalmente, constituir família com trabalhadores mineiros.

A atividade mineira em toda a sua envolvimento gerou, indubitavelmente, novas formas de vida e de ver a vida, reforçando e valorizando a posição da mulher na sociedade, assim como proporcionou novas formas de trabalho e enriquecimento.

3. A atividade mineira: formas e técnicas de trabalho

Com a intensificação da procura do volfrâmio foram muitos os que visionaram boas oportunidades de negócio, efetuando os respetivos pedidos de concessão mineira. Entre estes, encontravam-se engenheiros, médicos, advogados, comerciantes, maioritariamente oriundos dos grandes centros urbanos. Também os moradores da freguesia de Estorãos^[27], contactaram todos os familiares que tinham emigrado para Lisboa e para outras localidades, chamando-os com o intuito de virem fazer fortuna no minério. Todos quiseram tirar partido desta conjectura, tal como refere Dulce Freire (2001:39) “Alguns (proprietários) ficaram revoltados com a destruição de terras (...) outros agradeceram o deflagrar de um conflito (que lhes valorizou a encosta pedregosa e estéril) (citado por Carvalho, 2010:20).

Nesta época os principais interesses recaíam sobre a estratégia de garantir o exclusivo território a explorar, surgindo a questão dos concessionários que despoletou uma série de problemas entre proprietários das terras, entidades locais e diversos candidatos à exploração das respetivas jazidas. Estas concessões regiam-se pelo Decreto n.º 18763, publicado no Diário de Governo n.º 117, I Série, de 1 de agosto de 1930, que contemplava a legislação mineira (Carvalho, 2010:19). Segundo J. Leal da Silva (2009) “*imputava ao descobridor (singular ou plural) ou seu mandatário a apresentação, na Câmara Municipal competente, de um manifesto da descoberta, que a caracterizasse por um conjunto de elementos essenciais e do requerimento do respectivo registo, que é o primeiro título constitutivo de direitos mineiros sobre o achamento. Só a partir daí, ou seja, da transcrição integral do manifesto em livro próprio da Câmara Municipal, se vão verificar os efeitos da prioridade do manifestante, incluindo a contagem dos prazos legais para a realização de trabalhos de pesquisa que permitam demonstrar a viabilidade técnico-económica do achamento (...) e para a instrução e atempado requerimento da correspondente concessão*”^[28].

Neste sentido, esta legislação permitia que se iniciassem os trabalhos de exploração sem o consentimento do proprietário, com a exceção para o caso da propriedade possuir alguma cultura. Nesta situação o

proprietário teria quinze dias para autorizar o início da exploração e os concessionários teriam que pagar uma percentagem do que exploravam ao proprietário. Caso não chegassem a acordo o terreno poderia ser expropriado.

Na Serra d’Arga e, de acordo com Fina d’Armada (2008:179), através do testemunho de Emília, antiga trabalhadora nas minas da Água Levada, *as minas tinham um dono. Escavavam no seu interior e depois deitavam a terra fora. Nós metíamos essa terra nuns sacos, levávamos às costas e íamos lavar a um curso de água, numa levada perto do rio. Chamava-se “Água Levada”, pertence ao Cerquido. Aí usávamos umas caleiras, ou “canao”. Eram tábuas que tinham lados, de dois lados uma tábua ao alto. Púnhamos a tábua ao correr da água, os lados parra as margens. A água entrava pela frente, com a enxada nós mexíamos para trás e para diante, a água levava a terra e ficava o minério. Na caleira, ficava o que era mais pesado, pedras e bocadinhos de volfrâmio. A gente recolhia o volfrâmio em sacos e depois íamos vender.*

Também Piedade Aguiar reporta a sua experiência explicando que a caleira era feita de três tábuas, uma de fundo, duas de lado e a parte de trás também era tapada com uma tabuinha. “Com a sachola fazíamos assim e assim (faz o gesto) e a água ía saindo e levando a terra. Depois tirávamos o minério às manadas e deitávamos para os alguidares”^[29].

Relativamente a instrumentos uti-

lizados, verifica-se que as mulheres usavam, sobretudo, a enxada, o rodo, alguidares pequenos ou gamelas, a caleira e sachinhos. Os homens usavam, também, picaretas e “fogo” para rebentar a rocha (Armada, 2008:180).

Segundo esta informação depreende-se que a exploração do minério era efetuada segundo duas técnicas distintas: a abertura de poços e galerias para uma exploração subterrânea dos filões e o sistema de caleiras para a separação dos sedimentos aluvionares e a terra.

A última técnica foi utilizada em muitas concessões mineiras e também nas concessões informais que se mantinham ilegalmente pelos terrenos agrícolas, montes, e ribeiros a lavar sedimentos em busca de ouro, volfrâmio e estanho.

A água necessária para lavar o sedimento e apurar o minério dependia da lavaria e era trazida a balde, por canais, ou por bomba a motor, de fontes, poços ou ribeiros próximos.

As explorações mineiras, quer em termos artesanais ou industriais, a céu aberto ou em lavarias, nas mais variadas operações, desde tratamento dos minérios à escorrência de escombrelas durante a atividade extrativa, contaminavam ribeiros, rios e terrenos. Na sua maioria, as empresas não adotavam qualquer medida ou procedimento de salvaguarda ambiental e nem o policiamento, com os denominados “guarda-rios”, conseguiram evitar a contaminação das águas, oriundas da lavagem do minério e das lavarias.

No entanto, o fim desta atividade decorreu no final do ano de 1941 quando o Governo publicou vários diplomas, como documenta Dulce Freire, referindo que *“reserva para si todas as jazidas ainda por descobrir ou explorar (...). Em complemento desta medida, criou-se na Comissão Reguladora do Comércio de Metais a secção de Produção e Comércio, que controlava a extracção de todos os minérios e garantia ao Governo o monopólio do volfrâmio. (...) Em começos de 1942, o preço de cada quilo de volfrâmio foi tabelado em 150 escudos. (...) Com o tabelamento veio a falência. (...) o antídoto para a “febre” chegou em Dezembro de 1944 com a publicação de decreto-lei n.º 33 707. Suspende-se a exploração de volfrâmio, tanto pela lavra regular das minas como por trabalhos de outra natureza, dentro e fora das concessões mineiras. Proíbe-se a circulação, o trânsito e a exportação de volfrâmio para qualquer um dos beligerantes (...) O “eldorado” português estava acabar, e a guerra, decidida”*^[30].

Também o Jornal Cardeal Saraiva foi noticiando artigos alusivos à suspensão do minério (Figura 17). Com a suspensão e proibição da exploração mineira foi o acordar para a realidade: uns regressaram à normalidade da vida agrícola, outros viram o sonho terminar e deixaram de ter a ilusão de enriquecer rapidamente.

A maioria dos forasteiros regressou às suas terras de origem.

No entanto, e apesar da situação

A exploração de minérios de volfrâmio

Segundo um decreto-lei publicado na 2.ª feira passada, foi suspensa até que o Conselho de Ministros tome deliberações em contrário, a exploração de minérios de volfrâmio tanto pela lavra regular de minas como por trabalhos de outra natureza dentro e fora das áreas das concessões mineiras.

O decreto entra imediatamente em vigor, salvo no que respeita a exportação de minérios de volfrâmio que se considera proibida desde 8 do corrente.

As transgressões serão punidas com pesadas penalidades.

FIGURA 17.

A exploração de minérios de volfrâmio.

FONTE: Jornal Cardeal Saraiva de 15 de junho de 1944

[30] FREIRE, DULCE (2001) – *A FEBRE DO VOLFRÂMIO*. IN HISTÓRIA N.º 37, 23 (3.ª SÉRIE). P. 38-34.

ocorrida, alguns dos trabalhadores acabaram por se fixar no concelho. Por afinidade ou por contratação matrimonial terminaram por se estabelecer na região.

Neste seguimento, assistiu-se a um período de abandono da atividade mineira e uma conseqüente degradação da paisagem que perdura até à atualidade.

Presentemente, ainda, é possível identificar a maior parte de antigas concessões e infraestruturas de apoio à exploração e atividade mineira.

Impõe-se, deste modo, descrever e situar este território associado às vivências, estórias e memórias do minério.

II. *Salvaguarda do património mineiro de Ponte de Lima: memórias do volfrâmio*

O território de Ponte de Lima é detentor de uma riqueza patrimonial relacionada com as minas e com a indústria de separação do minério que integra registos materiais referentes a este período (edifícios, estruturas físicas, maquinaria...) e imateriais (estórias, testemunhos, vivências e modos de vida) relacionados com a cultura mineira, integrando um passado mineiro.

1. *O Património Imaterial: histórias de vida mineira*

A atividade mineira, num território rural como o de Ponte de



FIGURA 18.

Trabalhadores das minas da Serra d' Arga

FONTE: José Lima

FIGURA 19.

Trabalhadores das minas da Serra d' Arga

FONTE: Amândio de Sousa Vieira

Lima, deixou, também, evidências de cariz imaterial.

Os tempos de ida ao minério continuam bem presentes na paisagem e na memória das pessoas. São histórias contadas na primeira pessoa, de homens e mulheres, que exploraram o minério nas minas da Serra d'Arga e trabalharam na 'Separadora' de Ponte de Lima. Foram, inconscientemente, explorados pelas contingências políticas e económicas num país que foi, indiretamente, atingido pelos conflitos bélicos do século XX.

Neste sentido, requiere valorizar-se, urgentemente, a memória oral da geração que viveu de perto estes tempos conturbados, uma vez que foram estes os protagonistas das vivências mineiras existentes no concelho (Figura 18).

Paralelamente pretende-se salvaguardar a história mineira de Ponte de Lima através da partilha de histórias de vida pertencentes a homens e mulheres (Figura 19) que vivenciaram experiências únicas, condensadas em maneiras de pensar, modos de organização, práticas e saberes relacionados com a exploração mineira. Ambiciona-se, também, construir um novo conhecimento através destes testemunhos, contextualizar e compreender os tempos e modos de vida do minério.

Considerando a avançada idade destes antigos mineiros, foi de crucial importância proceder à recolha deste património imaterial mineiro, que se vai dar a conhecer seguidamente.

Os elementos recolhidos na entre-

vista efetuada a antigos trabalhadores da 'Separadora' permitiram identificar a indústria e empresas concessionárias que laboraram neste edifício, que possuíam ligações às minas da Serra d'Arga, assim como perceber o seu funcionamento e estrutura física da edificação.

De acordo com a informação recolhida das entrevistas realizadas a antigos trabalhadores das minas conseguiu-se identificar traços característicos da comunidade mineira, registar particularidades da atividade extrativa e reconhecer o mineral explorado.

••

De acordo com a informação recolhida das entrevistas realizadas a antigos trabalhadores das minas conseguiu-se identificar traços característicos da comunidade mineira, registar particularidades da atividade extrativa e reconhecer o mineral explorado.

••

1.1. Memórias e testemunhos da 'Separadora'

NOME Maria Margarida de Jesus Castro Marinho

IDADE 89 anos

LOCAL DE RESIDÊNCIA Viana do Castelo (atualmente)

LOCAL DE TRABALHO Largo da Freiria · Arcozelo

EMPRESA MIPOLI – Minas de Ponte de Lima, Limitada

FUNÇÃO Escriturária

PERÍODO TEMPORAL 1942 – 1955

Este depoimento testemunha o valor do conhecimento e do trabalho efetuado ao longo de aproximadamente 15 anos na empresa MIPOLI, situada no edifício da 'Separadora'.

A entrevistada iniciou o seu percurso profissional por volta dos 17 anos na empresa anteriormente referida. Desempenhava funções de secretariado, lembrando-se bem que endereçava muitas cartas para Inglaterra, país para onde eram dirigidos produtos do laboratório para análise.

Refere que conhecia bem os proprietários, principalmente o Dr. Queiroz.

Descreveu levemente o funcionamento do edifício. "A casa era grande. Não me recordo muito bem. O escritório era no primei-

ro andar. No rés-do-chão existia a separadora e os fornos. A entrada era pela frente. Tinha também umas águas furtadas, mas nunca lá fui e não me recordo. Tinha uma claraboia. Tinha também umas escadas em madeira. No primeiro andar eram os escritórios: eram 3 salas. A maior era do Dr. Queiroz Ribeiro e depois eram os outros dois escritórios”. Neste piso funcionava também o laboratório e uma casa de banho.

Declarou convictamente que a principal atividade da empresa era a exploração do minério, nomeadamente volfrâmio, estanho e “de vez em quando pepitas de ouro”. Esta empresa possuía concessões mineiras a laborar nas minas da Serra d’Arga – Cabração e Cerquido – “mas também em Vitorino dos Piães”.

Afirmou que a empresa possuía engenheiros e responsáveis pelas minas: “Existiam casas em xisto [na Serra d’Arga] onde ficavam os engenheiros”.

O minério era transportado “em jipe, com licença de transporte”. Depois vinha para a ‘Separadora’ para ser tratado e finalmente era vendido “para fora, mas não sei para onde”.

A empresa possuía trabalhadores com cargos específicos “trabalhavam no escritório, na separadora e fornos e nas minas. Os trabalhadores das minas ganhavam ao dia, mas recebiam quinzenalmente. Nós no escritório era ao mês. Ganhava trezentos escudos e trabalhava das nove às seis horas. Mas se fizesse falta trabalhava-se mais,

e eles pagavam. Havia muito trabalho. Não havia outra empresa”. Desconhece o número de pessoas que trabalhavam na empresa, mas referiu que “tinham bastantes empregados”. Elencou uma série de nomes: “O David Braga, a Mariazinha Feijó e eu trabalhávamos no escritório. O Dr. Lagido no laboratório. O Artur, o João, o Manuel, o pai deles, o Francisco, o Sacha na ‘Separadora’. Havia ainda o “copas motorista” e outro motorista - o Sr. Arnaldo. Um andava com o Dr. Queiroz que não guiava, e outro era para levar a filha do Dr. Queiroz a Braga. Transportavam, também, o engenheiro Dinis Ferreira, do Fundão. Nas minas trabalhava muita gente. A Rosinha trabalhava nas minas. O Ruela era da Senhora da Hora e estava nas minas”. Pelas afirmações supõe-se que “o Ruela” era o encarregado das minas, exercendo trabalho administrativo: “O Ruela estava nas minas e só vinha ao fim de semana. Tinha empregadas para fazer a comida e limpar a casa”.

Referenciou que o trabalho mineiro era efetuado, maioritariamente, pela população local, na sua generalidade da serra, mencionando que “nas minas haviam pessoas que morriam de silicose, a doença que atacava os brônquios”. Finalizou dizendo “A vida das minas era dura”.

No entanto, afirmou claramente ter gostado de trabalhar na MIPOLI, pois os patrões “eram boas pessoas. Eram meus amigos”.

Saiu da empresa em 1955, ano em que casou e a empresa ainda estava em funcionamento.

NOME João Fernandes Pereira

IDADE 73 anos

LOCAL DE RESIDÊNCIA Ponte de Lima

LOCAL DE TRABALHO Largo da Freiria · Arcozelo

EMPRESA MIPOLI – Minas de Ponte de Lima, Limitada

FUNÇÃO Pacote de escritório

PERÍODO TEMPORAL 1954 – 1957

Esta entrevista revela a importância económica e social que a empresa da ‘Separadora’ proporcionou à população local e à região “Todos queriam trabalhar, pois a vida era difícil e viram naquele trabalho uma oportunidade. Conseguiram ganhar dinheiro como nunca até ali”.

O entrevistado exerceu funções de pacote de escritório na empresa MIPOLI, desde os 13 aos 16 anos, ininterruptamente durante três anos. Através desta entrevista conseguiu-se recuperar um significativo conjunto de informações essenciais para a compreensão da funcionalidade e estrutura da ‘Separadora’ e minas associadas.

O Sr. João começou por nos transmitir que no edifício da ‘Separadora’ funcionavam quatro empresas: a MIPOLI, a T.I.N., o Entrepósito Mineiro do Minho e a Minarga, que eram constituídas por sócios e administradores comuns.

Referiu que conhecia perfeitamen-

te o proprietário e administrador das empresas, o Sr. António Gaspar Queiroz, com quem teve a satisfação de privar.

Afirmou não ter conhecimento da data inicial de atividade laboral da empresa, embora aponte a cessação da atividade para finais da década de 50, nomeadamente para o ano de 1957/58, indicando como principais motivos de encerramento a desvalorização económica do minério e consequente ausência de mercados abastecedores “os sócios desentenderam-se devido à falta de compra do minério”.

Foi através deste testemunho que se conseguiu recuperar informações para se elaborar a descrição geral do edifício e o circuito do minério “Era constituído por três pisos. No rés-do-chão funcionavam as máquinas separadoras. As camionetas chegavam das minas e traziam o minério em bruto. Depois ia ser britado e seguia para os fornos. Depois passava para outra sala para arrefecer e secar. De seguida ia para a separadora e era colocado em sacos para ser vendido. Neste piso haviam chuveiros grandes para os trabalhadores se lavarem. No primeiro piso eram os escritórios e havia também um laboratório, onde trabalhava o Dr. Moreira. No terceiro piso eram quartos”.

Declarou, também, que o horário a cumprir na empresa resumia-se a 8h diárias “quando havia muito trabalho era feito por turnos. As horas eram bem pagas”.

Na ‘Separadora’ alcançava um ordenado de 175 escudos por mês. Nesta empresa também trabalha-

vam mulheres, mas dedicavam-se a funções de secretariado.

Aos homens era atribuído um trabalho mais pesado, geralmente nas máquinas e nos fornos.

Afirmou que a empresa empregava “muita gente, na separadora e nas minas”, distribuídos por diversas funções “uns trabalhavam no escritório, outros nas máquinas, outros os fornos. Nas minas haviam escriturários, encarregados, engenheiros e trabalhadores”.

No seguimento da conversa relatou que os funcionários do escritório eram pagos ao mês, enquanto que os trabalhadores mineiros recebiam primeiramente à semana, e depois, mais tarde, quinzenalmente. “O encarregado das minas, o Sr. Marta, vinha todas as segundas-feiras a pé buscar o dinheiro para pagar nas minas (deslocava-se das minas da Serra d’Arga até à ‘Separadora’). Nunca houve nenhum assalto”.

Ao longo da conversação foi referindo que a empresa possuía boas máquinas e que nas minas “as máquinas apodreceram lá”.

O território mineiro era grande, mas “ouvia falar muito nas minas da Cerdeirinha onde exploravam volfrâmio”.

O minério era transportado em camionetas desde a serra até à ‘Separadora’.

Concluiu o diálogo referindo que “era uma vida muito pobre, de miséria. Com estas empresas houve trabalho e as vidas começaram a melhorar”.

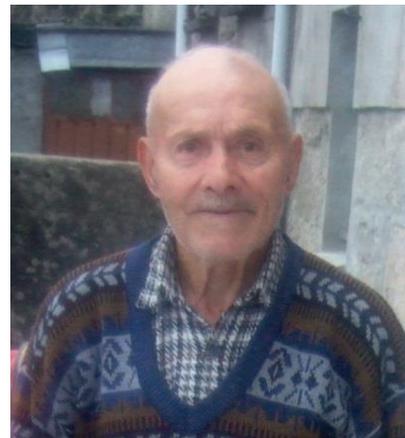


FIGURA 20.

Filipe Figueiro

FONTE · Própria

1.2. Memórias e testemunhos da exploração mineira

NOME Casimiro Filipe Figueiro (Figura 20)

IDADE 90 anos

LOCAL DE RESIDÊNCIA Cerquido

LOCAL DE TRABALHO Mina de Santa Justa

MINÉRIO EXPLORADO Volfrâmio e estanho

PERÍODO TEMPORAL 1938 – 1944

Este testemunho discorre das vivências experimentadas ao longo de 6 anos consecutivos na exploração do minério.

A trabalhar em Lisboa com o seu pai, num negócio de família, o Sr. Filipe regressou à terra natal pela saturação da cidade, mas, também, pela garantia de trabalho nas minas, que se proporcionava economicamente vantajoso.

Naquela época a exploração decorria com um carácter predominantemente artesanal ou semiindustrial. Utilizavam-se técnicas simples de exploração dos solos. Os homens dedicavam-se aos filões e as mulheres apuravam o minério que se encontrava na terra, através de cauleiras de madeira artesanalmente produzidas pelos próprios. Estas dedicavam-se, maioritariamente, à lavagem do minério.

A informalidade mineira reinava em 1938 através de redes criadas em torno do negócio do minério e prolongou-se até 1944, ano em

que o minério “começou a fracassar”, devido à proibição de exploração do volfrâmio. “Acabou-se aquela ilusão do minério”.

Neste contexto, O Sr. Filipe viu-se obrigado a abandonar a atividade mineira. “Foi até não dar mais”, como o próprio frisou.

O trabalho nas minas era árduo, mas recompensador, pois o volfrâmio possuía um valor economicamente elevado. “Havia aqui um senhor que dizia: eu se quisesse já forrava o meu enorme portão com notas de conto”.

Também para ele, a vida no minério lhe permitiu enriquecer rapidamente. Recuperou as propriedades que a família tinha perdido com maus negócios, em Lisboa, e que, naquele tempo, tiveram que vender forçosamente para proceder ao pagamento das dívidas. Conseguiu, ainda, conjuntamente com os seus irmãos, apropriar-se de outros bens materiais, como terrenos e “casas”.

A mina onde trabalhou durante um período mais longo era apelidada de ‘Mina de Santa Justa’, situada na Serra d’Arga, próxima da aldeia do Cerquido onde residia. O minério explorado era o volfrâmio, que deu lugar posteriormente ao estanho.

Neste jazigo trabalhavam muitos homens e mulheres da localidade mas também da região. De fora vinham, sobretudo, de Paredes de Coura. Permaneciam toda a semana na serra e ao sábado iam de fim-de-semana a casa. “Todos queriam trabalhar no minério. A agricultura não dava dinheiro”.

Este senhor explorou o minério por conta própria de 1938 a 1944, sem qualquer tipo de segurança. Como o próprio refere “Se nos aleijássemos era connosco”.

Eram responsáveis por eles próprios e pelo material necessário para a atividade extrativa. Na época produziam-se as próprias ferramentas de trabalho, embora houvesse quem já se dedicasse à venda de material específico para o trabalho nos filões. “O Sr. Gouveia já vendia pás, picaretas” e afins.

Os trabalhadores não possuíam horários definidos, nem pausas laborais. “Nessa época não tínhamos horário. Quanto mais trabalhássemos mais ganhávamos. Parávamos para comer qualquer coisa”.

A alimentação era pobremente reduzida e insuficiente: “Naquele tempo uma sardinha dava para três. Levávamos uma merendazita para o trabalho e à noite comíamos o que nos davam. Normalmente pão e caldo. Havia pouca batata e muito milho”.

Geralmente deslocavam-se em grupo para as minas e regressavam, ao anoitecer, animadamente, ao lar. Como eram jovens, o percurso de regresso a casa era “uma festa”. Entre cantar e dançar, também havia tempo para namorar.

Apesar de toda a família se dedicar à exploração mineira, com exceção da mãe, jamais abandonou a agricultura e a criação de gado, andando nestas duas atividades paralelamente.

Habitualmente trabalhava a agri-

cultura no Inverno e ia ao minério no Verão.

Nunca trabalhou para a ‘Separadora’ mas conhecia amigos que chegaram a vender o minério nesse edifício.

O Sr. Filipe vendia o minério a intermediários: “Vendia o minério ao Gouveia ou ao Sr. Apolinário. Em S. Pedro havia quem lhe chamasse Manel da Teresa. Transportava o minério às costas. Aquilo pesava como chumbo”.

Reportou, também, situações alusivas ao minério afirmando “Alguns matavam-se! Compravam minério para vender na separadora. Pensavam que era volfrâmio e quando lá chegavam era-lhes dito que era arsénio ou pirite, e com tamanho desgosto davam um tiro na cabeça. Era tamanha a loucura!”.

••

Deslocava-se para as minas em grupo, rapazes e raparigas, pelos caminhos, normalmente descalços. À semelhança dos outros trabalhos informais mineiros, não se regia por horários laborais, fazendo, somente, alguma pausa para se alimentar, embora as refeições fossem rápidas e insuficientes.

••

NOME Rosa Rodrigues Alves

IDADE 87 anos

LOCAL DE RESIDÊNCIA Cerquido

LOCAL DE TRABALHO Mina de Santa Justa

MINÉRIO EXPLORADO Volfrâmio

PERÍODO TEMPORAL 1941 – 1946

Este depoimento foi transmitido pela Dona Rosa (Figura 21) que vivenciou a atividade mineira de 1941 a 1946, durante 5 anos de forma descontínua.

Explorou o volfrâmio desde os 14 aos 19 anos, mas unicamente nas épocas mortas da agricultura.

A agricultura e a pastorícia eram as principais atividades desenvolvidas e os pais só a libertavam desta atividade no término dos trabalhos agrícolas. “Só ia quando não havia que fazer no campo”.

Ela adorava ir ao minério. “Andava pouco tempo mas topava-o logo. Tinha sorte! E o que nos valia era aquilo. Ganhei muito dinheiro!”.

Tal como o Sr. Filipe, com quem mais tarde veio a casar, trabalhou nas minas de Santa Justa a explorar volfrâmio.

As vivências do minério trazem-lhe boas memórias: “Era uma vida muito alegre. Depois do trabalho ainda fazíamos bailes. Dava para cantar, dançar e namorar!”. Trabalhava desde o nascer do sol ao anoitecer, por conta própria, mas “valia a pena. Havia trabalho

e muito dinheiro. Comprava roupa e ouro!”.

Deslocava-se para as minas em grupo, rapazes e raparigas, pelos caminhos, normalmente descalços. À semelhança dos outros trabalhos informais mineiros, não se regia por horários laborais, fazendo, somente, alguma pausa para se alimentar, embora as refeições fossem rápidas e insuficientes. Como a própria declara “Havia miséria, não morríamos à fome, mas também não havia fartura”.

A exploração por ela vivenciada foi quase primitiva, onde todo o material e ferramentas utilizados era produzido pelos próprios: “Não havia maquinaria, era tudo feito por nós”.

Nos montes tentava descobrir o minério para posteriormente passar ao processo de lavagem, que daria lugar à venda, normalmente efetuada a intermediários locais ou das vizinhanças: “Topava o minério no filão e ia lavar. Havia sítios em que a água ficava longe. Tinha que se levar a terra em sacos às costas”.

Depreende-se destas palavras que a vida dos trabalhadores mineiros era dura, mas devido ao rápido enriquecimento toda a população se dedicou a esta atividade.



FIGURA 21.
Rosa Alves

FONTE: Própria



FIGURA 22.
Laurinda Afonso

FONTE: Própria

NOME Laurinda Trigueiro Rodrigues Afonso

IDADE 83 anos

LOCAL DE RESIDÊNCIA Estorãos

LOCAL DE TRABALHO Minas da Santa Justa,
Água Levada, Chãozinha e Lagoa

MINÉRIO EXPLORADO Volfrâmio, estanho,
arsênio e ouro

PERÍODO TEMPORAL 1939 – 1952

Esta declaração é um autêntico testemunho da árdua vida experienciada no minério por uma mulher do povo que enfrentou grandes diversidades de forma exemplar.

A Dona Laurinda (Figura 22) nasceu em 1930 e apenas com 9 anos iniciou-se na atividade mineira durante treze anos consecutivos “Tinha 9 anos e nunca mais parei até que aquilo acabasse”.

Inaugurou o seu percurso laboral, por conta própria, nas minas de Santa Justa, a explorar volfrâmio. Neste local trabalhava muita gente, proveniente de vários sítios. “Aquilo foi uma invasão de gente. Comecei em Santa Justa, que foi toda minada e onde foram abertos filões. Havia o minério de filão e o aluvião. No filão os homens deitavam fogo e saíam aquelas pedras todas”.

Perante o exposto verifica-se que este trabalho era protagonizado por homens e mulheres que usavam técnicas simples e exploravam o minério sem a devida segurança.

Eram responsáveis pela aquisição de todos os instrumentos de trabalho, assim como pelos materiais necessários à concretização de reagentes.

A entrevistada descreve situações vividas, que, devido à falta de condições, originaram acidentes fatais: “Nas minas de Santa Justa morreu lá uma rapariga. An-dávamos ao minério e os homens gritaram fogo, fogo, fogo! Nós tínhamos que fugir para longe. A rapariga ia à frente, a fugir. Nisto veio uma pedra e bateu-lhe na cabeça. Levaram-na e nunca mais a viram. Naquele tempo não havia dinheiro e nem os pais souberam mais dela”.

Relembrou, também, a ida ao minério numa mina apelidada por “Fonte d’urso”, onde exploravam estanho, relatando: “Um dia eu e a minha irmã deixamo-nos andar a apanhar minério até tarde. Vínhamos já de noite para casa quando ouvimos os lobos no monte. Tivemos tanto medo que começamos a correr e deixamos o estanho para trás”.

Nesse mesmo momento, recordou um verso desse tempo, que logo passou a verbalizar:

*“Sapateiros não são homens
Alfaiates também não
Homens são os do minério
Que andam debaixo do chão.
Andam debaixo do chão,
Andam debaixo da terra,
Homens são os do minério,
Que dão material para a guerra”.*

Abandonando a informalidade mi-

neira passou depois a trabalhar para proprietários de concessões. “Todos os montes foram registados”.

A primeira mina concessionada onde trabalhou era denominada de “Chãozinhas”, que explorava volfrâmio e estanho.

Segundo a entrevistada “Depois vim para outro sítio chamado Chãozinha, do Sr. Meneses. Tinha lá uma barraca com uma lavaria e dormia lá e tudo, porque durante a noite havia quem fosse à lavaria buscar o produto para vender por fora. Dava mais dinheiro”.

Esta afirmação evidencia que a população preferia a informalidade mineira em detrimento das concessionárias que acabavam por efetuar um pagamento menos rentável. No entanto, com o emergir de vários registos as pessoas viram-se obrigadas a trabalhar para as empresas que possuíam concessões.

Este jazigo já era constituído por maquinaria, embora a ajuda humana prevalecesse com técnicas simples. Os homens eram destacados para o trabalho mais custoso. Às mulheres era destinado o trabalho da lavagem com caleiras. “Havia lá umas máquinas que vibravam. Eu lavava nas caleiras. Com enxadas e pás retirava a terra e depois ia tirar o minério que estava atrás. Depois lava-se num alguidar para ver bem o minério e ver se era ou não”.

Posteriormente passou a exercer funções na mina apelidada “Lagoa”. “Depois vim para a Lagoa, uma mina grande. Andei no aluvião. Encontrei lá uma pedra pre-

ta, muito pesada. Minou-se aquilo tudo. O Queiroz Ribeiro registou esse monte. Eu trabalhei a dias para ele. Andávamos à procura do ouro. Ele teimou e andei lá sempre. Ganhava 10 escudos e descontava-me 6 tostões”.

Esta exploração era da responsabilidade da empresa ‘Entrepósito Mineiro do Minho’, sediada no edifício da ‘Separadora’, que pagava aos mineiros 10 escudos ao dia, de acordo com o horário estipulado de 8 horas diárias, interrompidas por uma hora de intervalo, normalmente, ao meio dia. Afirma a entrevistada: “Pegava às 8 e largava às 5”.

Esta empresa tinha como finalidade a exploração do minério, designadamente estanho, arsénio, volfrâmio, mas também ouro. “Eles procuravam ouro. Apareciam umas pepitas, mas arsénio é que aparecia”. A declaração prestada confirma que a empresa procurava metais economicamente vantajosos.

Verifica-se, também, que a empresa já possuía uma escala dimensional superior, com um elevado índice de sofisticação organizativa e tecnológica. Os assalariados efetuavam descontos que asseguraria um seguro de trabalho para indemnização de danos, pensões de invalidez ou morte, embora a Dona Laurinda afirme que efetuou descontos “e a separadora não me deu nada”. As lavarias já funcionavam com maquinaria, assim como a ‘Separadora’, embora fosse necessário a utilização de várias ferramentas para usar manualmente na “apanha do minério”.

Os próprios assalariados eram responsáveis pela compra e manutenção dos instrumentos de trabalho. “A ferramenta era toda nossa. Era pá, pico, alguidar, era um ferrinho chamado «ferraz»”.

Porém, e apesar da empresa se encontrar em constante evolução comparativamente com outras firmas da época, apresentando níveis de elevado desenvolvimento tecnológico, existiam algumas falhas nas explorações mineiras, nomeadamente no respeitante à falta de procedimentos de salvaguarda ambiental. “Nós fugíamos do Guarda-rios – ó pernas para que te quero! Não queria que lavássemos o minério no rio, pois deixávamos a água porca”.

Salienta-se que esta mina estava associada à ‘Separadora’ que era detentora de outras concessões e onde estavam sediadas várias empresas com a mesma finalidade profissional. Para além dos trabalhadores mineiros possuía outros funcionários: trabalhadores da transformação do minério e empregados de escritório.

Do testemunho facultado atestase que esta exploração mineira incrementou um notório e diversificado desenvolvimento: abriu estradas, renovando as acessibilidades à serra; construiu edifícios de apoio aos funcionários e às minas e proporcionou o aumento de emprego entre a população local e regional. “Não havia estrada em lado nenhum, era caminho a pé, carreiros a pique, caminhos de cabras. O Sr. Queiroz^[31] abriu um estradão, alargaram o caminho



FIGURA 23.

Laurinda Afonso à saída de sua casa, preparada para ir à feira, em janeiro de 1950.

FONTE - Laurinda Afonso

[311] PROPRIETÁRIO E SÓCIO GASPAR QUEIROZ RIBEIRO

[321] LOCALIDADE JUNTO À SERRA D'ARGA

[331] OS QUARTÉIS DE SANTA JUSTA CARATERIZAM-SE PELA IMPONENTE MURALHA QUE RODEIA A CAPELA DE SANTA JUSTA, QUE SE ENCONTRA NO INTERIOR DA MESMA MURALHA E QUE ANTIGAMENTE ACOLHIA A ROMARIA EM HOMENAGEM ÀS IRMÃS MÁRTIRES JUSTA E RUFINA. ESTA PEREGRINAÇÃO ATRAIÁ AO LOCAL MUITOS VISITANTES COMO ROMEIROS, CAMINHANTES E PEREGRINOS, QUE FICAVAM ALBERGADOS NOS QUARTEIS. ESTE ESPAÇO SOFREU REQUALIFICAÇÕES E CONVERTEU-SE

NO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E VIVÊNCIA ATIVA DA NATUREZA, QUE INCLUIRÁ UM CONJUNTO DE VALÊNCIAS INTER-COMPLEMENTARES DE CARIZ DIDÁTICO, FORMATIVO, CIENTÍFICO E TURÍSTICO/INFORMATIVO. POSSUIRÁ ALOJAMENTO COM CAMARATAS E ESPAÇOS DE APOIO AO ACOLHIMENTO DE VISITANTES, ASSIM COMO ESPAÇOS DESTINADOS A EXPOSIÇÕES TEMÁTICAS. ESTE EQUIPAMENTO MULTIFUNCIONAL POSSUIRÁ AINDA INSTALAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO, CONFERÊNCIAS, WORKSHOPS E EVENTOS SIMILARES. (FONTE: [HTTP://WWW.CM-PONTEDELIMA.PT/NOTICIA.PHP?ID=1426](http://www.cm-ponte-delima.pt/noticia.php?id=1426)).

pelas ‘Mãos’^[32] e já lá passava um jipe. Andavam lá sempre à chuva e ao sol à procura do minério. Na casa onde estava o engenheiro tinham lá duas criadas, eram irmãs, conhecidas como «as leoas»”.

Como se pode verificar a atividade mineira fomentou o progresso, proporcionou o aumento populacional e a criação de novos serviços: “Era uma loucura. Vinha muita gente de longe. Vinham de Âncora, Meixedo, Lanheses. Viveram na casa da Tia Maria Rosa, no Cerquido. Outros chegavam a dormir detrás das bouças no chão e até numa casa que tinha uma cerejeira no meio. Nos quartéis de Santa Justa^[33] havia uma rapariga de Lanheses a fazer pão para vender”.

De acordo com o testemunho o lugar do Cerquido foi o local escolhido para alojar muitos prospetores improvisados de Riba de Âncora, entre os quais algumas mulheres que se aventuraram nesta atividade. À semelhança dos homens hospedaram-se em cobertos, cabanas ou em casas de amigos feitos na prospeção. Entre muitas mulheres recordou a “Emília das Louridas” e a “Angelina”, referindo “A Angelina tinha muita sorte! Encontrava muito volfrâmio. Ganhou tanto dinheiro!”

Apesar de trabalhar na empresa, com salário estipulado, a Dona Laurinda, conjuntamente com as outras raparigas, tentava a sua sorte, escondendo algum minério para vender informalmente.

“Nós éramos muitas. Uma trazia o minério e as outras eram revisitadas. Nós conseguíamos confun-

di-los e enganá-los!”. Acrescenta ainda à conversa “O Sr. Martins e pelo Sr. Ferreira velho tinham uma barraca e tomavam conta para nós não fugirmos com o minério todo”.

Este minério era vendido posteriormente na ‘Separadora’ ou a intermediários. “Nós íamos descalços para a feira, com os sacos à cabeça para vender na separadora (Figura 23). Assim já tínhamos dinheiro para ir feirar. Muito minério levava à cabeça. Era o que a gente podia! Em saquitos para a ‘Separadora’. Mas também havia compradores que andavam pela porta. Eu conhecia o ‘Tone da Pica. Só que estes compradores davam pouco dinheiro pelo minério. Ainda por cima, nós eramos pobrezinhas. Andávamos descalças e eles ofereciam-nos pouco pelo minério.”

A exploração mineira gerou, indubitavelmente, uma fonte de riqueza para esta gente, que se dedicava exclusivamente à agricultura, sem usufruir de outras fontes de rendimento. “Toda a gente queria ir para o minério pois dava bom dinheiro e não tínhamos mais nada além de cabras, ovelhas e agricultura. Isto era muito pobre. O minério deu muita vida”.

A pobreza geral era notória refletindo-se, também, na alimentação efetuada pela maioria das pessoas, que consistia em pão, água e produtos que cultivavam na terra. A entrevistada descreve-nos da seguinte forma: “Comíamos um bocadinho de pão. Passava-se numa fonte e bebia-se água e comia-se

o pão. Trabalhava e depois vinha toda contente para casa. A gente para se vestir e calçar ia logo para o minério. Mas acabou depressa!”. Depreende-se destas palavras a existência de grandes carências alimentares que, no entanto, não geravam preocupações maiores. A mulher minhota apreciava um bom vestuário, enriquecido e embelezado pelo ouro, que era, normalmente, ostentado em ocasiões especiais, tais como na ida à feira. A indumentária era o centro da sua preocupação e vaidade: “A minha mãe dizia: dais cabo do corpo por causa do luxo!”.

Já no trabalho o vestuário utilizado era pobre, pouco adequado e carecido de proteção para a atividade profissional. “Para trabalhar levava-se uns tamancos de madeira forrados a couro, que eram mais quentinhos. Mais do tempo andava-se descalço, pois os tamancos não davam para meter na água. Os pés já estavam calejados. Com a chuva metíamos uma saia de lã na cabeça e púnhamo-nos no rio, pois também havia muito minério das lavagens. Apanhávamos o que ficava nas gotinhas de água e dava bem! A gente já o conhecia bem – todo pretinho. A gente lavava-o e lá nos safávamos com aquilo”.

Também se afere que o regresso a casa após o trabalho era sinónimo de convívio e boa disposição. Normalmente em grupo faziam o percurso de retorno a cantar. “Para casa vinham todos em grupo e a cantar”. A atividade mineira decorria durante um limitado número de dias por mês ou por ano, sempre em

concomitância com a atividade agrícola. “No Inverno íamos para o campo, no Verão era para o monte à procura do minério”.

O trabalho na atividade mineira foi duro mas economicamente fértil e recompensador. A Dona Laurinda reporta a mesma história que o Sr. Filipe transmitiu “Um homem forrava o portão com notas de contos” e acrescentou outra memória “Havia uma família no Cerquido que teve que vender tudo. Não tinham nada e com o negócio do minério recuperaram todos os bens e fizeram novas casas. Eram 8 filhos, andavam todos no minério, só a mulher é que ficava em casa^[34]”.

Toda a Serra d’ Arga foi amplamente explorada. “Aquilo era só buracos de tanta exploração”.

A entrevistada trabalhou para esta empresa até aos 22 anos e “depois o minério começou a fracassar. No fim da guerra o minério acabou. Acabou depressa”.

Fez referência aos proprietários das minas proferindo “O Dr. Gaspar^[35] e o irmão eram boas pessoas. Trabalhei lá durante muito tempo. Faziam bailes no Cerquido^[36] e ele também ia. Pedia-se aos donos das casas para se fazer bailes e depois iam pedir aos pais das raparigas para dançar. Ou aos irmãos. Normalmente iam os irmãos com elas. A minha mãe ia sempre connosco porque não tínhamos irmãos. Eu além de dançar também cantava. Nasci para cantar!”.

Esta trabalhadora ficou conhecida como “a cantadeira do Cerquido”. No final da entrevista surpreen-

deu-nos com uma cantiga popular, cantada afinadamente, no momento, recordando os velhos tempos:

De pá e pico

Toda a gente a trabalhar

Nas altas serras derramando o seu suor

A Companhia nunca nos chega a pagar

O material pelo seu justo valor.

Com o volfrâmio têm-se posto os homens tontos,

E as mulheres com a sua opinião,

Vão por aí fora com o sentido nos contos

contos

Como a toupeira sempre por baixo do chão.

Mas que influência se exerceu em Portugal

Todos sofrem desse mal,

Todos padecem do crânio.

Ricos e pobres levantam rios e fontes,

Fazem minas pelos montes

À procura do volfrâmio.

[34] ESTA É A HISTÓRIA DE VIDA DO ENTREVISTADO CASIMIRO FILIPE FIGUEIRO, RETRATADA ANTERIORMENTE.

[35] MENCIONADO ANTERIORMENTE COMO PROPRIETÁRIO, DE NOME COMPLETO GASPAR QUEIROZ RIBEIRO.

[36] LOCALIDADE PRÓXIMA DAS MINAS.

NOME Maria do Carmo Dantas Lima

IDADE 84 anos

LOCAL DE RESIDÊNCIA Moreira do Lima

LOCAL DE TRABALHO Minas da Fisga e Mina do Estanho

MINÉRIO EXPLORADO Volfrâmio e estanho

PERÍODO TEMPORAL 1943 – 1947

Este testemunho é fruto das vivências da Dona Maria do Carmo na exploração do minério, desde 1943 a 1947.

Esta mulher exerceu esta atividade durante 4 anos consecutivos, através da exploração mineira formal e informal.

Começou a trabalhar aos 14 anos, com a mãe e com a irmã e só terminou aos 18 anos, devido ao barateamento/enfraquecimento do minério. Trabalhou em duas minas, situadas perto da aldeia do Cerquido, na Serra d'Arga. Na mina denominada "Fisga" trabalhou por conta própria e explorou volfrâmio. "Tirava o minério e depois vendia-o de acordo com o peso. O volfrâmio era mais caro".

A sua principal tarefa era a escavação e a lavagem do minério: "Primeiro escavava e depois lavava o minério com um alguidar. O minério ficava no fundo porque era mais pesado".

Como se verifica as técnicas utilizadas eram simples, rudimentares e manuais.

Na mina intitulada de "Estanho", conforme o próprio nome indica, era o estanho que prevalecia para ser explorado.

Neste jazigo a Dona Maria do Carmo trabalhava por conta de outrem, tendo um horário determinado e um salário definido. "Os meus patrões eram o Sr. Ferreira e o Sr. Lima".

A assalariada usufruía de um pagamento diário e de pausas laborais estabelecidas para efetuar as refeições. No entanto, as refeições eram míseras e diminutas: consistiam numa sardinha e um pedaço de broa. Ou duas pataniscas. "À tarde era uma fome. Ai que fome! Comíamos aquilo que levávamos e depois passávamos fome. À tarde não havia fruta para roubar, só se fosse tojo".

Iniciavam os trabalhos ao amanhecer e terminavam ao escurecer. Nesta conformidade, tinham que sair de casa bem cedo, normalmente em grupo, "a pé e de chancas nos pés", nas bonanças e nas tempestades. "Quando chovia usávamos capuchos de junco".

A remuneração atribuída correspondia a 10 escudos/dia, embora o pagamento aos trabalhadores mineiros só fosse efetuado quinzenalmente.

Nestas minas trabalhava um número significativo de homens e mulheres, oriundos da localidade, mas também de outras terras. Como a própria refere "Era um rancho" de pessoas a trabalhar: "Os homens com picaretas nas minas e as mulheres na lavagem do minério".

Os rapazes asseguravam o trabalho

mais pesado e as raparigas dedicavam-se a outras tarefas mais leves. "O rio que vem da Cabração para Estorãos foi todo revirado. A gente andava quase a beber água. Mas encontrava-se estanho. Do Lourinhãl até aos moinhos foi tudo revolvido, de baixo para cima".

Segundo este testemunho "no rio não havia patrões". Exploravam-no por conta própria para vender a intermediários, pois era mais rentável. "Vendíamos o minério na candonga ao 'Caga Notas'".

Apesar da dureza do trabalho nas minas a Dona Maria do Carmo afirma ter gostado de trabalhar nesta atividade: "Eram tempos de alegria. As moças do Cerquido e de Moreira eram muito alegres. Cantavam e dançavam. Também se arranjavam namoricos. E na verdade não havia outro trabalho, só se fosse a enxada".

A exploração mineira contribuiu para um célere enriquecimento que gerou alguns desgostos e angústias após o seu termo. "Alguns bem o ganharam, bem o gastaram. Pensavam que aquilo nunca mais acabava. Mas a minha mãe poupava. Ainda tenho uns brincos e um fio de contas dessa época. A minha mãe deu-me a mim e à minha irmã".

As memórias desta mulher transportam-nos para histórias associadas ao minério, com momentos propícios à aventura e desventura. Ela relata alguns episódios: "Haviam senhores que compravam o minério a um preço apetecível. Mas era difícil roubar. Escondíamos o minério nos seios e onde calhava.

Nas minas da Cabração havia um açude e caía lá muito minério. A gente ia lá apanhá-lo e os encarregados vinham atrás de nós pelo monte fora. Muito fugíamos! Quando pudéssemos trazíamos minério, se não deitávamos o minério fora e depois íamos lá buscá-lo. Aquele minério estava perdido no açude, mas os encarregados não o deixavam trazer”.

As recordações afloram e termina a entrevista com uma cantiga popular, que era, normalmente, cantada pelos rapazes e raparigas no regresso a casa após um dia de trabalho, muito semelhante à da Dona Laurinda:

*“De pá e pico
Cá vão os trabalhadores
Na alta serra
Derramando os seus suores.
A companhia
Nunca nos chega a pagar
O material
Pelo seu justo valor.
Que influência
Apareceu em Portugal
Todos sofrem desse mal,
Todos padecem do crânio.
Ricos e pobres
Revolvem rios e fontes
Abrem minas pelos montes
À procura do volfrâmio”.*

NOME José Trigueiro de Matos

IDADE 70 anos

LOCAL DE RESIDÊNCIA Estorãos

LOCAL DE TRABALHO: Minas da Arada (Arga de Baixo - Caminha), Cerdeirinhas, Castanheira (Arga de Baixo - Caminha) e Cabração

MINÉRIO EXPLORADO Volfrâmio e estanho

PERÍODO TEMPORAL 1954 – 1960

Este testemunho revela uma interessante narrativa de vida em torno da atividade mineira na Serra d’Arga.

O Sr. José Matos iniciou o trabalho nas minas com dez anos e meio e terminou aproximadamente aos 16 anos.

O seu percurso pela exploração mineira era de cariz temporário. “Era por tempos. Só andava no minério quando não havia trabalho nos serviços florestais, que era aqui mais perto. Nessa altura deixava o minério. Ia fazendo seis meses no minério e outros seis nos serviços florestais”.

A primeira remuneração obtida na atividade mineira correspondia 9 escudos e 80 centavos por dia, com um horário de 10 horas diárias. No entanto, o pagamento era efetuado quinzenalmente.

Começou a trabalhar nas minas da Arada a explorar estanho e tantalite. Esta mina ficava situada em Arga de Baixo, concelho de

Caminha e era constituída por 30 a 40 trabalhadores.

Depois passou para a mina das Cerdeirinhas, localizada na freguesia da Cabração. Nesta mina trabalhavam cerca de 50 ou 60 pessoas na exploração, principalmente, do estanho. Voltou, posteriormente, ao concelho de Caminha para trabalhar na mina da Castanheira, em Arga de Baixo e terminou na mina da Cabração, onde exerceu funções associadas à extração e transporte para a lavaria. “No subterrâneo ajudava na extração e no transporte numa vagona que andava sobre carris que trazia o material até próximo da lavaria. Ali descarregava era metido no moinho que triturava o produto e no fim era descarregado na lavaria. O minério era lavado e depois aproveitado e selecionado. Era ensacado e dali ia para a ‘Separadora’. O minério era levado num camião (não era um grande camião!). Levavam o produto ensacado em material já selecionado para os fornos”.

Desta declaração afere-se que esta mina já funcionava com maquinaria que auxiliava os trabalhadores na exploração do minério e já possuía os meios de transporte suficientes para transportar o minério, desde a Serra d’Arga até à ‘Separadora’.

Deduz-se, também, que esta mina estaria associada à ‘Separadora’, pois o entrevistado afirma que o minério extraído tinha como finalidade ser entregue nesse espaço, mais especificamente nos fornos. Além dos homens, nesta mina,

também trabalhavam algumas mulheres. “As mulheres estavam mais no setor das lavarias. Retiravam o produto das mesas para não se desperdiçar nada, porque vinha arrastado com água, embora águas reguladas, e iam retirando aquilo. Era um trabalho mecanizado. Existiam algumas mulheres nas minas, mas eram mais homens”.

A mão-de-obra mineira era oriunda do concelho de Ponte de Lima e de Caminha. “Aparecia um ou outro forasteiro de Barcelos”.

Nesta exploração obedecia-se a horários e pausas laborais. “Só se comia à hora de almoço, não havia outros intervalos. Havia horários para comer: do meio-dia à uma ou do meio-dia e meia à uma e meia. Era uma hora para o almoço. Uma hora de pausa”.

A alimentação era débil e diminuta. “Eu era um privilegiado na alimentação. Vivia sozinho com a minha mãe que já trabalhava. Ela tentava alimentar-me mais ou menos. Comprava folhas de bacalhau, de 7 escudos o quilo e depois levava para o trabalho. Punha-me molho verde numa panelita e levava aquilo. A maioria levava sopa e mal adubada”.

Para aceder às minas fazia um percurso pedestre, habitualmente em grupo, com duração aproximada de duas horas. “Normalmente de manhã íamos em grupo, duas horas para cada lado: duas para cima e duas para baixo. Quando algum se atrasava tinha que andar mais depressa para apanhar o grupo”. Descreve aquela época como mi-

serável, insegura e subjugada: “Era uma época de muita miséria. As pessoas sujeitavam-se, porque não havia trabalho. Havia muita gente a procurar trabalho. Já não havia colocação para todos”.

Acrescenta sobre insegurança laboral e acidentes de trabalho “Na altura era o que havia. Agora sei que era um trabalho ingrato e perigoso”, e relata, de seguida, um acontecimento que lhe emerge à memória: “Um rapaz de Barcelos estava a cavar à superfície da terra, e por cima era mato e ele cavava por baixo desse sítio. O trabalho não deveria ser feito assim. Quem administrava não tinha o suficiente conhecimento na área. Ele foi andando, andando e escavando, até que caiu a terra em cima dele e morreu sufocado.

Na mina da Cerdeirinhas já foi com uma pega de fogo. Carregaram, a pega rebentou, mas não rebentou tudo. Um moço foi para lá mexer e morreu”.

Apesar de, atualmente, se caracterizar esse período de forma menos benévola, acresce referir que este homem também revelou que esta fase foi económica e socialmente favorável para o desenvolvimento da localidade e da região. Expõe “Havia um homem no Cerquido, chamavam-lhe o ‘Tio João Castanheira’, que bufava com os pulmões bem abertos: «Eu tenho notas de contos que já davam para forrar o meu portão (o portão era alto; a toda a altura das paredes). Já tinha umas notas de mil”.

O Sr. José, enveredou, também pela informalidade mineira que

se tornava economicamente mais proveitosa: “Trabalhei por conta própria, a trabalhar aqui e ali, mas nos tempos livres. Ganhava-se mais. Era tudo feito à socapa, para não sermos apanhados. Vendia o minério em Lanheses, ao Sr. Godofredo, que era um intermediário e proprietário de minas”.

“

Nesta exploração obedecia-se a horários e pausas laborais. “Só se comia à hora de almoço, não havia outros intervalos. Havia horários para comer: do meio-dia à uma ou do meio-dia e meia à uma e meia. Era uma hora para o almoço. Uma hora de pausa”.

”